RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2022

SANEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Sumário

Apresentação

01 Mensagem do Presidente

02 Destaques de 2022

03 Novo Marco Legal

04 Capital Financeiro 2022

05 Remuneração aos Acionistas

06 Geração de valor

07 Relacionamento com clientes

08 Visão, Propósito e Valores

09 Plano Estratégico Ciclo 2023 a 2027

10 Sustentabilidade

11 Capital Humano

12 Informações adicionais

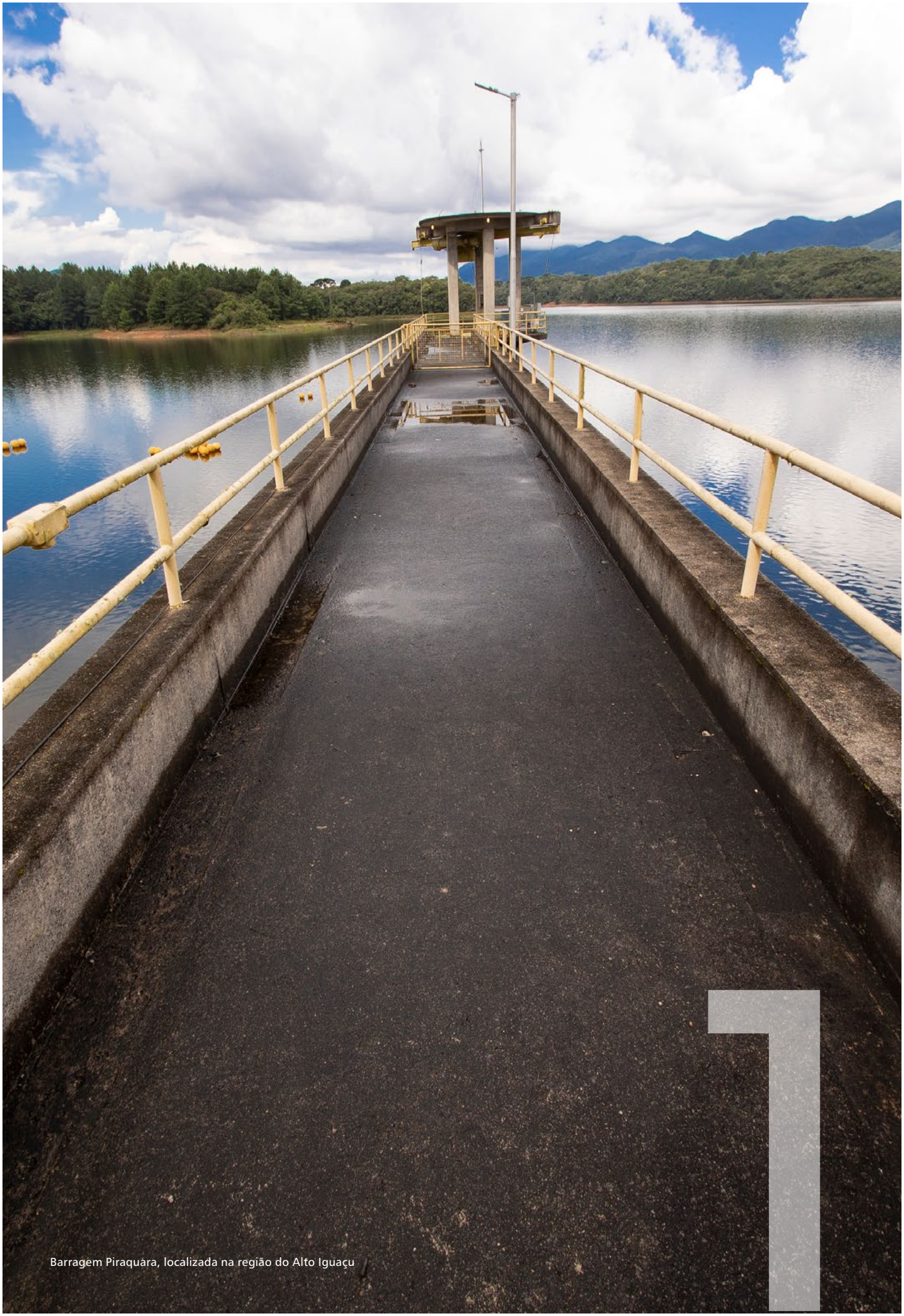
13 Balanço Social Anual

14 Demonstrações Contábeis

Apresentação

O Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2022 apresenta os resultados da Companhia em atendimento às normativas vigentes, como as Leis nº 6.404/76 e 13.303/16 e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, as informações financeiras contidas neste relatório são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com os requisitos do modelo de governança de Nível 2, da B3.

O documento retrata o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Destacamos que este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores e não nos obrigamos a atualizar tais previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros.



Barragem Piraquara, localizada na região do Alto Iguaçu

1

Mensagem do Presidente

Claudio Stabile
Presidente da Sanepar

No ano de 2022 continuamos enfrentando os efeitos da Crise Hídrica e da Pandemia, desafios ímpares que estão presentes desde 2020. Nossa maior preocupação, e o que norteia todas as ações da Companhia, são os nossos clientes. Buscamos incessantemente mitigar ao máximo os efeitos negativos das adversidades climáticas sobre a população das regiões que atendemos.

Utilizamos práticas inovadoras – como a semeadura de nuvens, por exemplo – para enfrentar a falta de água. Essa solução, em especial, consiste em borrifar água potável em determinados trechos de nuvens *cumulus nimbus*, que têm densidade elevada, induzindo as precipitações sobre os reservatórios. Graças à aplicação de métodos inovadores e soluções criativas, vencemos a escassez. Cabe destacar que os clientes também fizeram a sua parte, mantendo-se firmes no uso consciente do recurso.

Adicionalmente, para mitigar os impactos sobre os clientes decorrentes da pandemia, prorrogamos o vencimento da cobrança de contas de água e esgoto para aqueles que estão cadastrados na categoria "Água Solidária", ampliando os prazos para pagamento e mantendo essa prorrogação ao longo de todo o ano.

Não foi fácil fazer tudo isso, uma vez que o setor de saneamento ainda encara os desafios trazidos pelo Novo Marco Legal. Na Sanepar, contudo, identificamos diversas oportunidades relacionadas à universalização. Conseguimos aditar todos os nossos contratos vigentes, inserindo as novas

Como o Paraná é um estado altamente saneado, acima da média nacional em relação à disponibilização de serviços de esgoto e já com 100% de acesso à água em áreas urbanas, projetamos antecipar o cumprimento das metas de universalização.

metas conforme preconiza a legislação atual. Como o Paraná é um estado altamente saneado, acima da média nacional em relação à disponibilização de serviços de esgoto e já com 100% de acesso à água em áreas urbanas, projetamos antecipar o cumprimento das metas de universalização.

Estamos em constante evolução no que se refere à execução do nosso plano de investimentos. Aplicando nossos recursos com mais eficiência garantimos que, mesmo lidando com questões como os avanços na legislação ambiental, cada vez mais restritiva, e a alta dos preços e escassez dos insumos, reflexo de oscilações do mercado global e da economia mundial, seguiremos com os investimentos prudentes.

Todas essas medidas e ações foram pensadas para gerar valor à sociedade, sempre com responsabilidade social, transparência e seriedade, zelando pela sustentabilidade da Sanepar. Nesse sentido, a integridade tem sido trabalhada intensamente na Companhia, com o fortalecimento do *compliance* e dos controles internos, e o amadurecimento da governança corporativa, pilar fundamental para a perenidade do negócio. Nos últimos dois anos, criamos os Comitês de ASG (Ambiental, Social e Governança) e de Inovação, e participamos ativamente do Comitê de ASG criado pelo governo do Estado do Paraná com diversas entidades, privadas e de economia mista, discutindo as políticas públicas não só para o setor de saneamento, como também para o de energia elétrica, dentre outros.

Concluo esta mensagem agradecendo aos nossos 6.199 funcionários pela dedicação – particularmente frente às dificuldades dos últimos três anos –, aos nossos clientes pela confiança em nós depositada, aos nossos parceiros, nossos investidores, ao Governo do Estado e Municípios.

No presente relatório apresentamos nosso desempenho ao longo do ano.

Boa leitura!

Claudio Stabile
Presidente da Sanepar

Museu Planeta Água - Tarumã. Autor: André Thiago Chaves Aguiar

2

Destaques 2022

CAPITAL FINANCEIRO

2,0 bilhões
Geração de Caixa

1,7 bilhão
Investimentos

8,8 bilhões
Patrimônio Líquido

1,7 vez o EBITDA
Nível de endividamento

CAPITAL NATURAL

783,9
milhões de m³
Distribuídos

769,3
milhões de KWh
Recursos energéticos estimados

CAPITAL SOCIAL

90,7%
de satisfação
com o serviço da central de atendimento telefônico (0800)

Diversos canais de relacionamento

CAPITAL INTELECTUAL

982,7 mil
horas de treinamento

Estação de Tratamento de Água - Praia de Leste

3

Novo Marco Legal

Em 15 de julho de 2020, o Governo Federal sancionou a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento –, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país. Tal lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, determinando que, até 2033, 99% da população de áreas urbanas brasileiras deverá ter acesso à água potável e pelo menos 90% deverá ter acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.154/2023, de 01 de janeiro de 2023, em vigor nesta data, foi prevista em seu artigo 60 a alteração do artigo 3º da Lei 9.984/2000, com a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, que passou a ser vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O art. 20 da citada Medida Provisória fixou como áreas de competência do Ministério das Cidades, dentre outras, a execução de atividades na área de saneamento. Em conjunto, o art. 1º do Anexo I e o art. 22, XVII, ambos do Decreto nº 11.333/2023, de 01 de janeiro de 2023, em vigor nesta data, estabeleceram que cabe à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, pertencente à estrutura organizacional do Ministério das Cidades, instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico e acompanhar o seu processo de implementação, dentre outras atribuições.

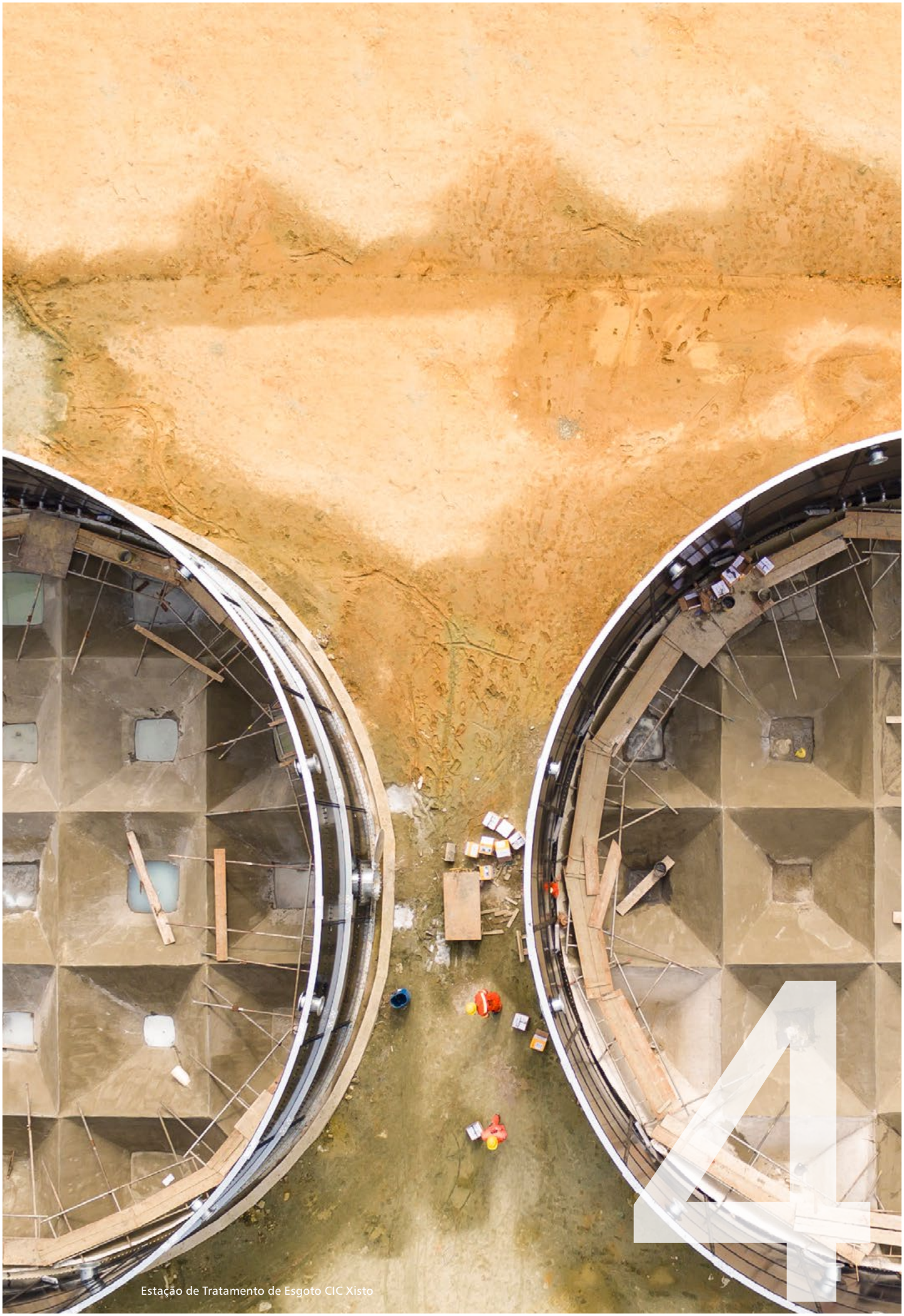
A Lei veda a formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviço público de saneamento básico, estendendo seu âmbito de aplicação às microrregiões, e autorizando a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Já em junho de 2021, entrou em vigor o Decreto Federal nº 10.710/21, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445/07, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização estabelecidas.

No mês seguinte, julho, foi sancionada a Lei Complementar Estadual 237/2021, que institui as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado do Paraná. A lei estabelece que cada Microrregião possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Em novembro, seguindo o viés da reestruturação do saneamento básico nacional e vislumbrando novas oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento social, o Governador do Estado do Paraná em 2021, sancionou a Lei Estadual nº 20.775, que atualiza a Lei nº 17.992, de 21 de março de 2014, ampliando o limite do capital autorizado de R$ 4 bilhões para R$ 6 bilhões, respaldando o aumento dos limites de atuação da Sanepar.

O novo Estatuto Social da Companhia, aprovado pela 121ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2022, incorporou todas essas atualizações legislativas. Assim, com base no que já está regulamentado, tanto por parte do Governo Federal quanto estadual, a Sanepar aditou os contratos vigentes, adequando-os às novas determinações legais, incluindo as metas quantitativas e os indicadores de atendimento.



Estação de Tratamento de Esgoto CIC Xisto

4

Capital Financeiro 2022

Vantagens Competitivas

- Excelência operacional
- Excelência na gestão
- Desempenho financeiro sólido
- Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada e credibilidade no mercado

Outputs/entregas

1. **100%** de cobertura com rede de água
2. **4,2 milhões** de economias ativas de água
3. **99,9%** de conformidade da água distribuída
4. **78,9%** cobertura com rede de esgoto
5. **100%** do esgoto coletado tratado
6. **3,3 milhões** de economias ativas de esgoto
7. **64,2 mil toneladas** de resíduos tratados por ano

Outcomes/ geração de valor

1. Alto índice de conformidade ao padrão de potabilidade (**99,9%**).
2. Índice de atendimento com coleta de esgoto acima da média nacional, com impacto positivo na saúde e na qualidade de vida de seus clientes.
3. Pagamento de dividendos e geração de caixa.
4. Gestão de impactos e *compliance* ambiental.

Estação de captação de água Capivari - Tarumã. Autor: André Thiago Chaves Aguiar

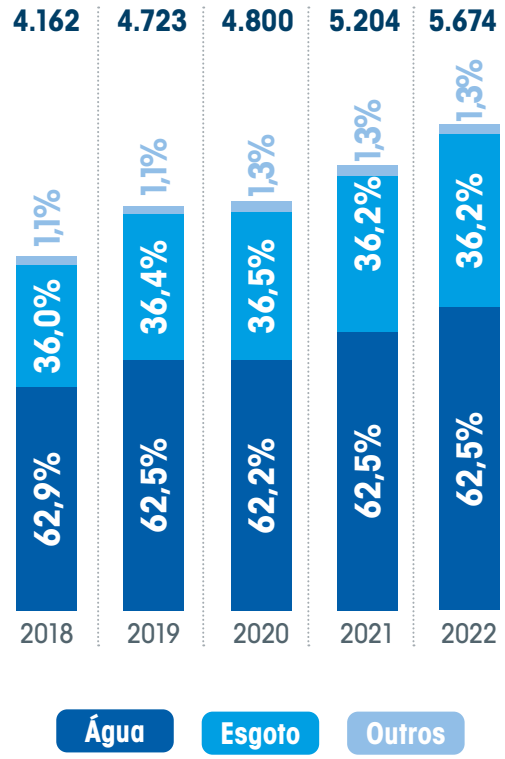
Receita Líquida

Em 2022, a receita operacional líquida atingiu R$ 5,7 bilhões, alta de 9,0% em comparação com o ano de 2021. Tal resultado se deve, principalmente, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 4,96% a partir de maio de 2022, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 5,11 %, aplicado desde 5 de fevereiro de 2021, e à revisão tarifária de 5,77%, em vigor desde 17 de maio de 2021.

A Companhia expandiu os serviços e realizou 62 mil novas ligações de água e 66 mil novas ligações de esgoto, que contribuíram para o crescimento de 2,5% no volume faturado de água e de 4,1% no volume faturado de esgoto.

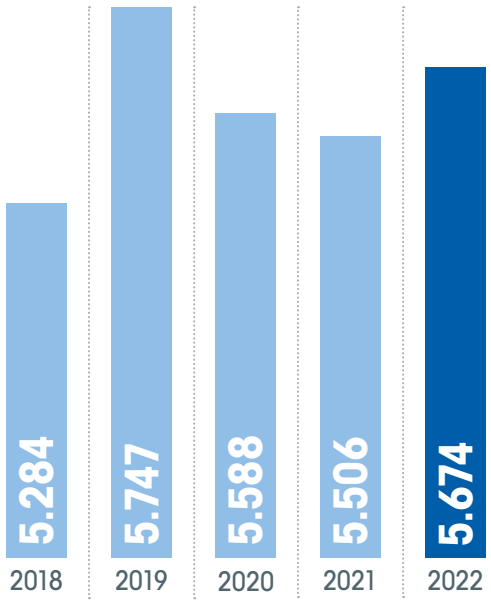
Receita Líquida (R$|MM)

CAGR 2018 - 2022
8,1%



Receita Líquida em valores reais (R$|MM)

(Valores atualizados pelo IPCA[1])

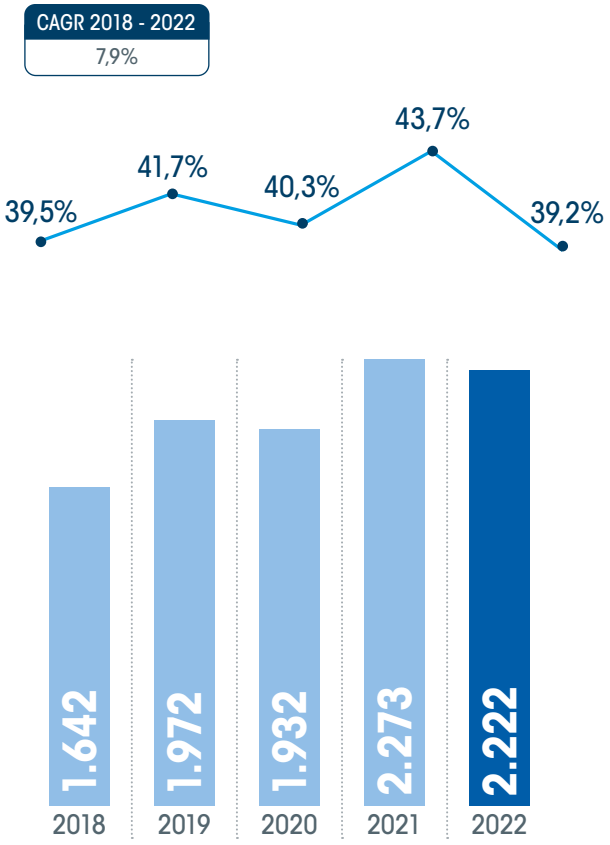


[1] IPCA IBGE 2019: 4,3% | 2020: 4,5% | 2021: 10,1% | 2022: 5,8%

Ebitda e Margem Ebitda

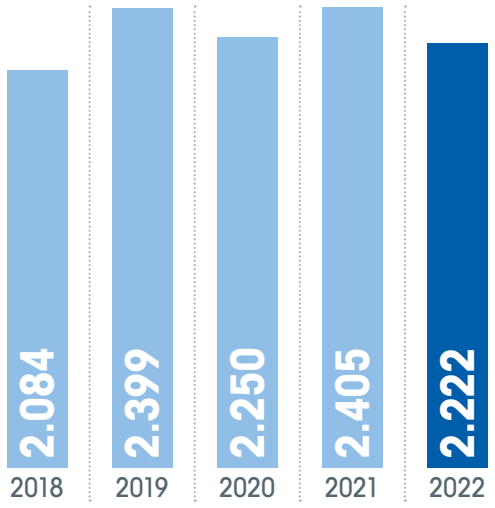
O EBITDA, que representa o resultado operacional da Companhia, totalizou R$ 2,2 bilhões, correspondendo a uma Margem de 39,2% – inferior em 4,5 p.p. à Margem verificada em 2021, uma vez que a alta da Receita Operacional Líquida foi inferior ao aumento de 16,8% nos custos e despesas operacionais. Os serviços de remoção de resíduos de esgoto subiram 14,6%; o material de tratamento, que apresentou aumento do consumo e reajuste de preços, incremento de 41,4%; o Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental registrou alta de 93,5% devido à repactuação dos contratos com os municípios e à maior base de cálculo pelo crescimento da receita; e as perdas na realização de créditos decorrentes do crescimento da inadimplência de clientes particulares, superior em 85,2%.

EBITDA e Margem EBITDA (R$|MM)



EBITDA em valores reais (R$|MM)

(Valores atualizados pelo IPCA[1])

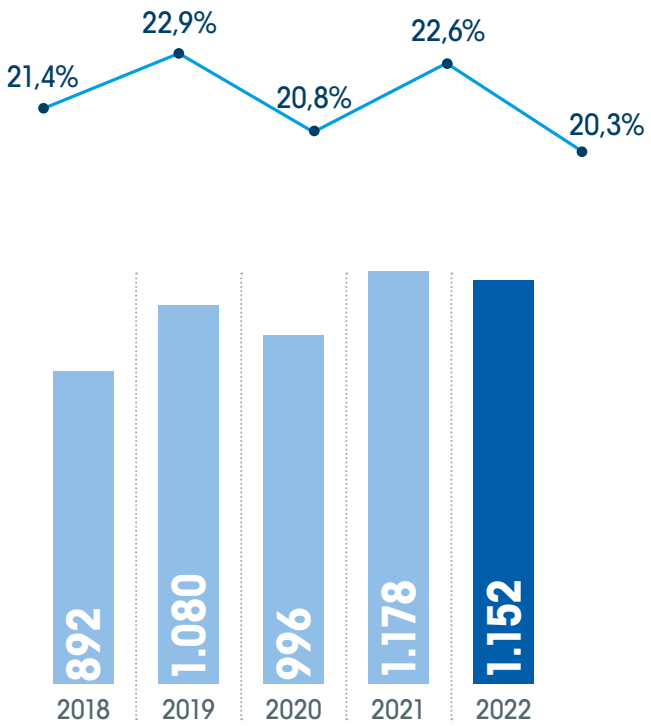


[1] IPCA IBGE 2019: 4,3% | 2020: 4,5% | 2021: 10,1% | 2022: 5,8%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2022, o Lucro Líquido foi de R$ 1,15 bilhão, um decréscimo de 2,2% na comparação com 2021. A margem líquida recuou 2,3 p.p., alcançando 20,3% no ano, em que pese a economia tributária de R$ 147,1 milhões decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos tenha contribuído positivamente com o resultado do exercício.

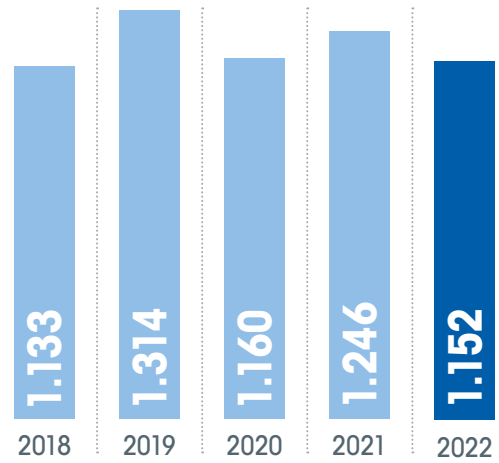
Lucro Líquido e Margem Líquida (R$|MM)



Lucro Líquido em valores reais (R$|MM)

(Valores atualizados pelo IPCA[1])

CAGR 2018 - 2022
6,6%

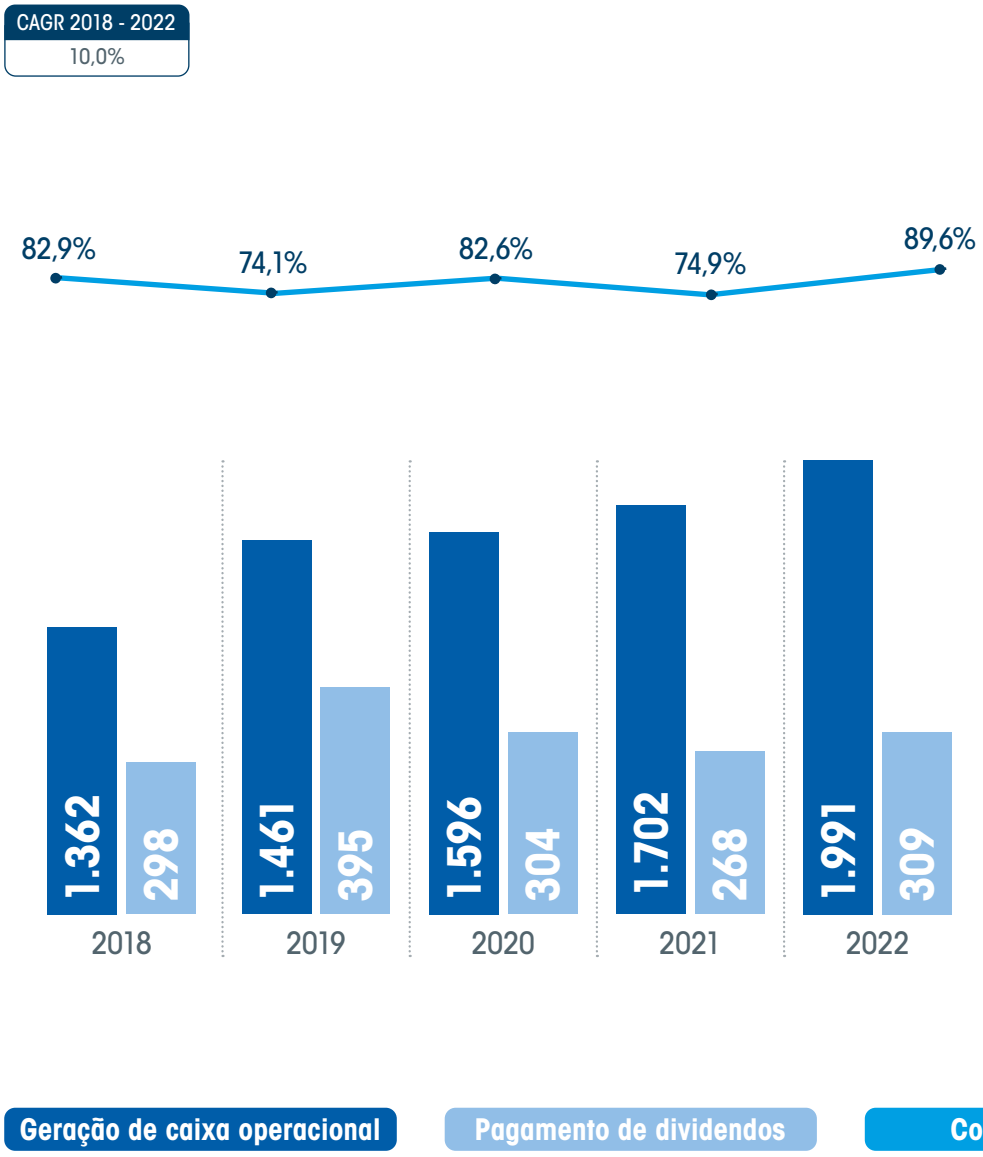


[1] IPCA IBGE 2019: 4,3% | 2020: 4,5% | 2021: 10,1% | 2022: 5,8%

Geração de Caixa Operacional

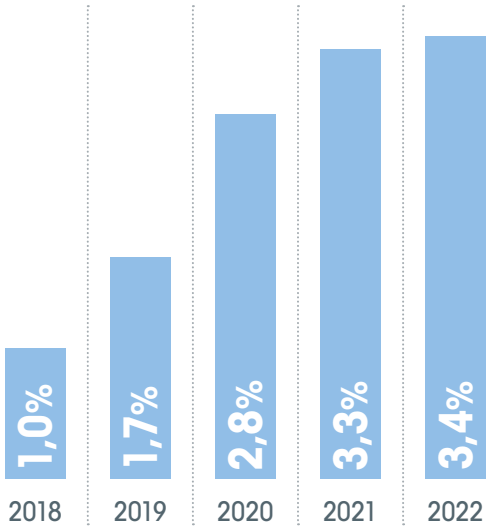
A operação da Sanepar gerou um caixa de R$ 2,0 bilhões em 2022, mesmo período em que pagou R$ 309,3 milhões em remuneração aos acionistas.

Geração de Caixa, Dividendos e Conversão EBITDA (R$|MM)



Inadimplência

Em 2022, o índice de inadimplência atingiu 3,4%, ligeira alta em comparação com os 3,3% verificados em 2021, porém, acima dos percentuais pré-pandemia, principalmente devido à ausência de cortes no fornecimento, que tiveram início a partir da crise sanitária.



Captação de Recursos

Com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais. O cenário adverso de 2021, com crise hídrica e pandemia, impactou 2022 e trouxe um horizonte desafiador não só para a Sanepar, mas para todo o setor de saneamento no Brasil.

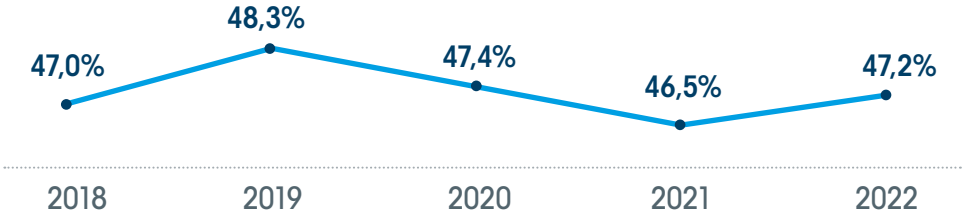
Captação feita com instituições financeiras em 2022

Caixa Econômica Federal: **R$ 349,6 milhões**
BNDES – PAC2: **R$ 56,4 milhões**
BNDES – AVANÇAR: **R$ 49,7 milhões**
Banco KFW: **R$ 17,6 milhões**

Além dos valores captados com as instituições financeiras, a Companhia efetuou, em janeiro, a 12ª emissão de Debêntures, com captação de R$ 600 milhões no mercado, em duas séries de R$ 300 milhões, uma institucional e outra por meio de Debêntures Incentivadas, que seguem a instrução da Lei n° 12.431, cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento da infraestrutura no país, oferecendo incentivos fiscais de isenção de Imposto de Renda.

Endividamento

A Companhia encerrou o exercício com Ativos de R$ 16,7 bilhões, Patrimônio Líquido de R$ 8,8 bilhões e dívida total de R$ 7,9 bilhões, enquanto o índice de Endividamento sobre o Ativo foi 47,2% em 2022.

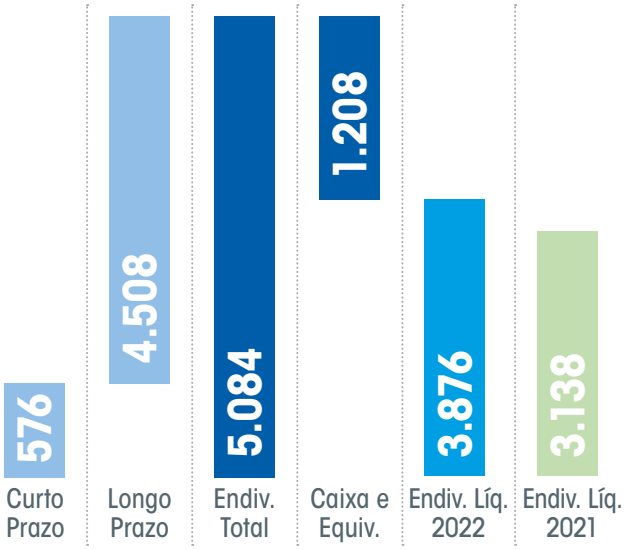


Dívida Líquida

A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, totalizou R$ 3,9 bilhões em 2022, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,4 vez em 2021 para 1,7 vez em 2022.

Dívida Líquida e Alavancagem

(em R$ mm e razão entre Dívida Líquida e EBITDA, respectivamente)



Investimentos e Planejamento Financeiro

A Companhia fez as adequações em seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para atender à Lei n° 14.026, de 15 de julho de 2020, complementada pelo Decreto n° 10.710, de maio de 2021. O PPI é elaborado para um ciclo de cinco anos, acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração e revisado anualmente em um trabalho que envolve todas as lideranças da Sanepar.

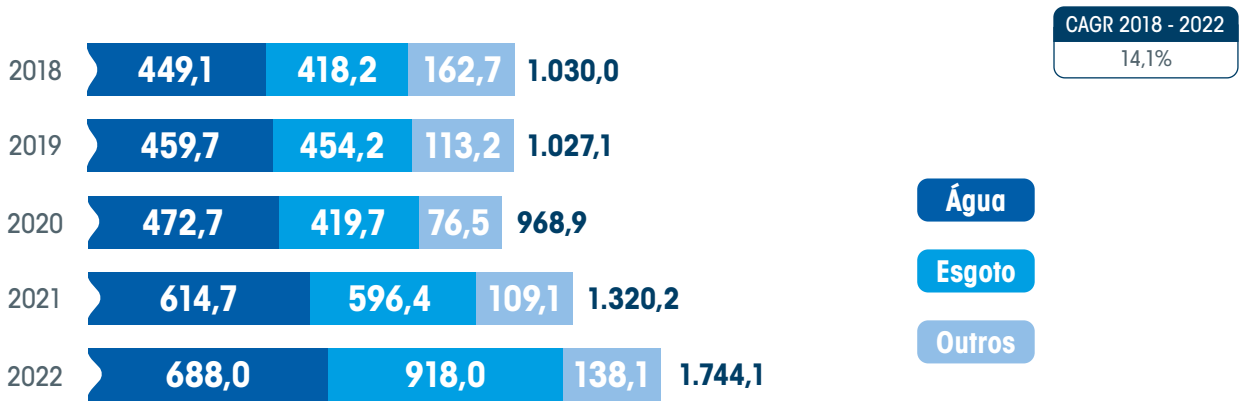
Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Paraná (AGEPAR) emitiu o atestado de capacidade econômico-financeira da Sanepar para o atendimento a 310 municípios, após afastar a ressalva quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção de tal atestado. A AGEPAR também reafirmou sua inclusão como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos.

No contexto da universalização determinada pelo Novo Marco Legal – ver página 12 –, a Sanepar está bem-posicionada quanto à distribuição de água tratada, pois, a Companhia já atende 100% da população urbana. Quanto à coleta de esgoto, o índice atual é de 78,9%, uma vez que ainda há aproximadamente 100 municípios pequenos em que não há sistema de esgoto implantado.

A Sanepar vem trabalhando para atender essas localidades, estudando alternativas que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia.

Foram investidos, entre 2018 e 2022, R$ 6,1 bilhões no aprimoramento, manutenção e expansão de redes. Nos próximos cinco anos, até 2027, o PPI prevê outros R$ 10,7 bilhões, dos quais: R$ 6,5 bilhões nos sistemas de esgoto, R$ 3,8 bilhões na distribuição de água tratada e R$ 0,4 bilhão em outros serviços.

Investimentos (R$|MM)



	Realizado 2022		
Gerência Geral	**Água**	**Esgoto**	**Total**
Região Metropolitana e Litoral	224,2	153,1	377,3
Região Sudeste	109,0	150,4	259,4
Região Sudoeste	115,6	240,9	356,5
Região Nordeste	77,8	170,8	248,6
Região Noroeste	161,4	202,8	364,2
TOTAL	**688,0**	**918,0**	**1.606,0**

Contexto Regulatório

Em 30 de julho de 2021, passou a vigorar o novo Regulamento Geral dos Serviços de Saneamento (RGS), elaborado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), a partir da revogação do Decreto estadual 3.926/88. Tal documento regulamentou a prestação desse tipo de serviço, definindo responsabilidades e estabelecendo critérios para o fornecimento de informações e requisitos de transparência, entre outros pontos.

A partir de então, para garantir a prestação de serviços de qualidade e o fluxo adequado de investimentos, a Sanepar adequou regras de negócio, fluxos de processos, programas de capacitação de empregados, documentos normativos e sistemas informatizados corporativos. Aprimorou, ainda, processos e ferramentas para possibilitar maior acessibilidade, e lançou novos canais de relacionamento, conferindo mais agilidade ao atendimento, ao mesmo tempo em que expandiu a rede.

A AGEPAR homologou, em 13 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual (IRT) sobre a tarifa de equilíbrio preliminar, resultante da 1ª etapa da 2ª Revisão Tarifária Periódica (2ª RTP), mantendo-se constante o valor da parcela B, por meio de índice de Reajuste tarifário fixado em 4,96%, com aplicação da tarifa média de R$ 5,95/m³. A diferença entre os valores atuais da Parcela B e os valores efetivamente encontrados ao fim da 2ª etapa da 2ª Revisão Tarifária Periódica (2ª RTP) deverão ser calculados na parcela de compensações. A tarifa preliminarmente ajustada entrou em vigor em 17 de maio de 2022.

Estação de Tratamento de Água Iguaçu - Curitiba/PR

5

Remuneração aos Acionistas

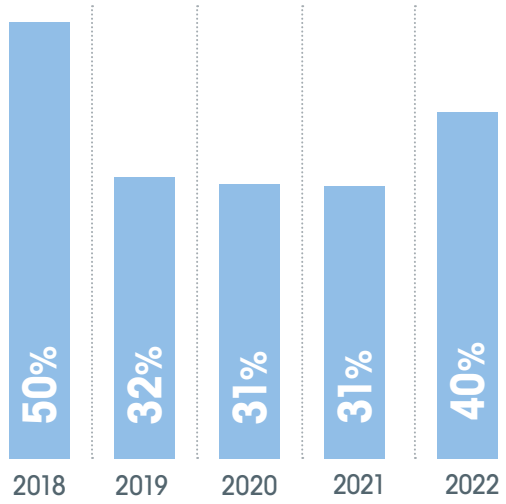
A Sanepar segue sua política de dividendos, homologada em 30 de maio de 2017, em sintonia com os preceitos legais. Tal política estabelece os limites e critérios de remuneração aos acionistas (proventos) por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), que são atribuídos aos dividendos correspondentes à parcela do lucro líquido da Companhia. A remuneração é distribuída aos acionistas na proporção da quantidade de ações de sua titularidade.

O Estatuto Social, que teve a última alteração homologada em 28 de abril de 2022, prevê que a parcela referente ao dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

A remuneração aos acionistas da Companhia é atribuída com base na posição acionária no último dia útil de junho e de dezembro de cada exercício, assim, negociações posteriores ao crédito são consideradas ex-dividendos. A remuneração conferida às ações preferenciais é 10% superior à atribuída às ações ordinárias. Em 24 de junho de 2022, ocorreu o pagamento dos proventos relativos ao 1º e ao 2º semestre de 2021, de acordo com a decisão da 58ª Assembleia Geral Ordinária, no montante de R$ 343,6 milhões.

Referente ao exercício de 2022, a Administração propõe a distribuição de R$ 433 milhões, correspondentes a 39,6% do Lucro Líquido Ajustado do período. O pagamento ocorrerá até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária em que as contas do Exercício de 2022 serão submetidas à aprovação.

Pay-out[1]

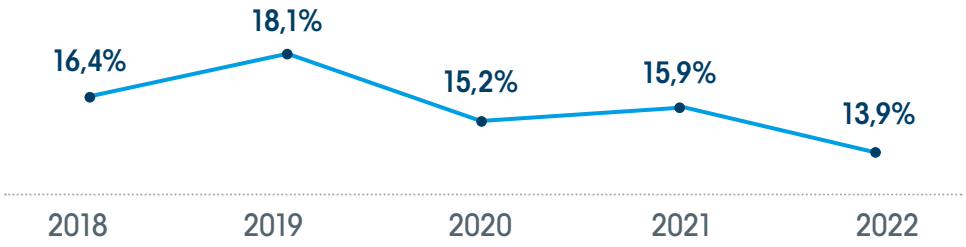


[1] *Pay-out*: percentual de distribuição do lucro

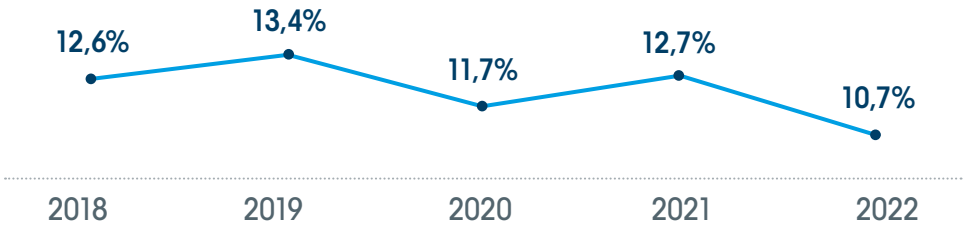
Rentabilidade

A rentabilidade recuou 2,0 p.p. em relação ao patrimônio líquido, de 15,9% em 2021 para 13,9% em 2022. O retorno sobre o capital investido decresceu os mesmos 2,0 p.p. e passou de 12,7% em 2021 para 10,7% em 2022.

Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido



Rentabilidade sobre o Capital Investido



Plantio de mudas nas barragens

6

Geração de Valor

Investidores

A Companhia, em respeito às partes relacionadas, vem trabalhando para gerar valor por meio da governança corporativa, dando transparência a suas práticas de sustentabilidade.

Em 2022, algumas melhorias foram implementadas como resultado da pesquisa aplicada no ano anterior. Dentre elas, destaca-se a reestruturação do site de Relações com Investidores, com o intuito de atender de maneira mais objetiva e transparente aos investidores e analistas que lá buscam informações sobre a Companhia, uma vez que ele é o principal canal de contato com este público.

Adicionalmente, acompanhando uma tendência de mercado, foi implementado o novo formato das conferências trimestrais que passaram a ser realizadas por vídeo, oportunizando um melhor engajamento da Companhia e seus investidores, pois as videoconferências, sendo gravadas, permitem que os interessados assistam aos eventos posteriormente.

O estudo de percepção realizado em 2022 trouxe como principal resultado a impressão dos entrevistados que, de maneira geral, mostraram-se bastante satisfeitos em relação à atuação da área de Relações com Investidores da Sanepar, estando dentro da zona de qualidade estabelecida pela metodologia NPS (*Net Promoter Score*).

Validando os esforços na cultura ASG, a Sanepar participou da seleção do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 e passou a integrar a carteira 2023 pela primeira vez, sendo a única empresa do setor de água e esgoto a compor este índice.

Destaca-se, ainda, a revisão e unificação da Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Sanepar, agora formando apenas uma política que tem como foco principal estabelecer diretrizes em relação às regras e práticas que devem ser observadas por todos aqueles que tenham conhecimento de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia e sobre a negociação de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Cotação SAPR3, SAPR4 e SAPR11

O ano de 2022 foi de incertezas de natureza política que, aliadas aos reflexos das expectativas em relação à 2ª Revisão Tarifária Periódica, impactaram no desempenho das ações.

O valor de mercado da Companhia passou de R$ 5,8 bilhões em dezembro de 2021 para R$ 5,4 bilhões ao final de 2022. As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2022 com a cotação de R$ 3,47, apresentando variação negativa de 8,68% em relação ao fechamento de dezembro de 2021. As ações preferenciais (SAPR4) fecharam o exercício cotadas a R$ 3,65, um recuo de 5,68% em relação ao exercício anterior. As Units (SAPR11), formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2022 com valor de R$ 18,06, 5,79% menos que no fim de 2021. O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R$ 9,5 bilhões em 2022.

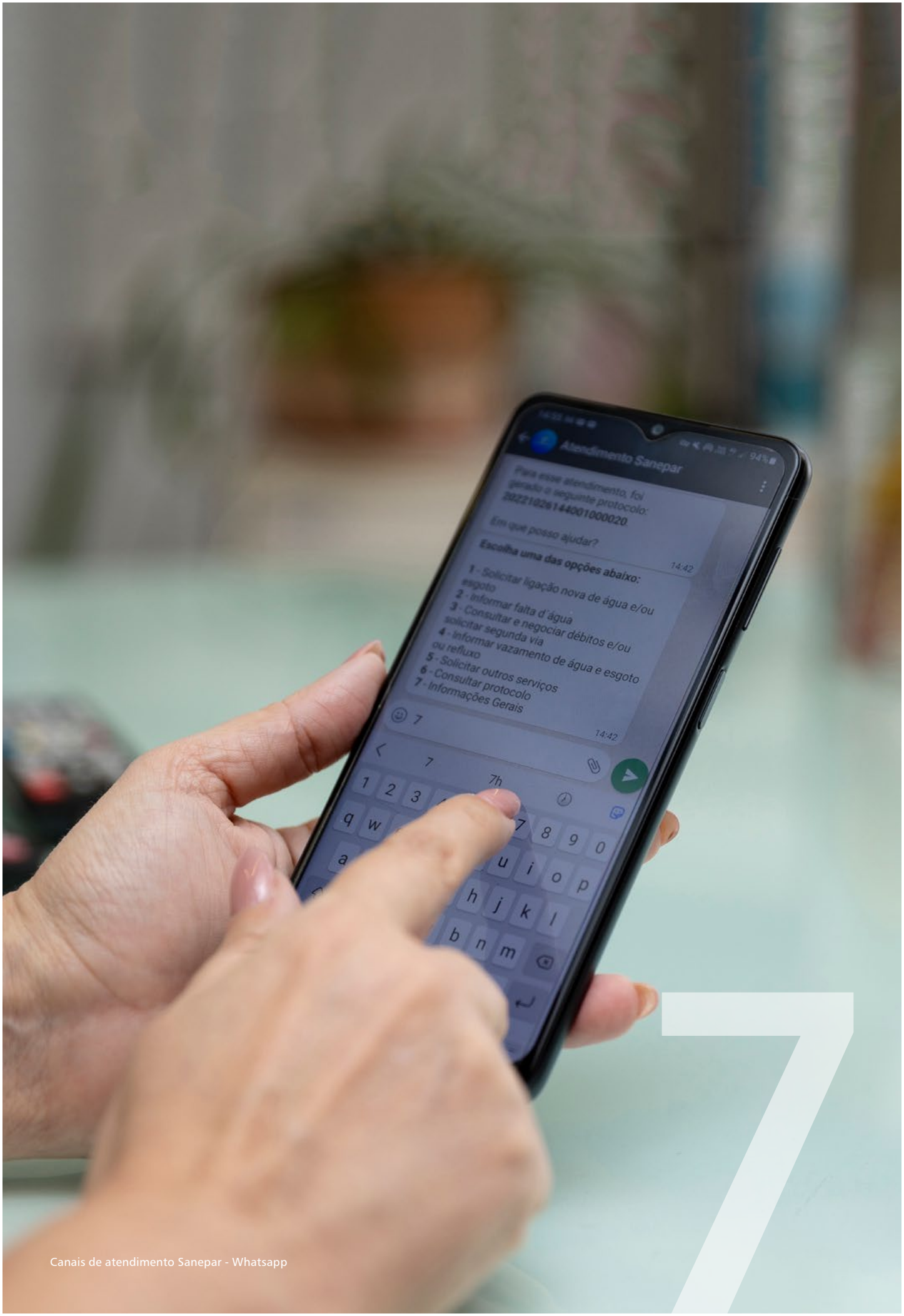
Cotação das Ações (R$)

Sociedade

Em 2022, a Sanepar gerou R$ 3,8 bilhões em valores tangíveis para a sociedade, incluindo pagamento de tributos, financiamentos, fornecedores, remuneração, benefícios e remuneração aos acionistas.

Dos valores adicionados e não distribuídos, podemos destacar o Lucro Líquido do Exercício não Distribuído, que, em 2022, foi de R$ 718,9 milhões. Tal valor será destinado aos investimentos em políticas públicas de saneamento, que contribuirão positivamente para elevar os indicadores de qualidade de vida e saúde no Estado do Paraná.

Museu Planeta Água - Tarumã. Autor: André Thiago Chaves Aguiar



Canais de atendimento Sanepar - Whatsapp

Relacionamento com clientes

O ano de 2022 trouxe a consolidação de importantes mudanças iniciadas em 2021. Com a instituição das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual 237/2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada pelos municípios e pelo Estado do Paraná, que manifestam sua vontade e decisões por meio dos colegiados microrregionais. As ações passam a ser avaliadas de forma regionalizada, sem deixar de considerar a universalização e demais metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal para cada Município que integra as recém-estabelecidas Microrregiões (veja na pág. 12).

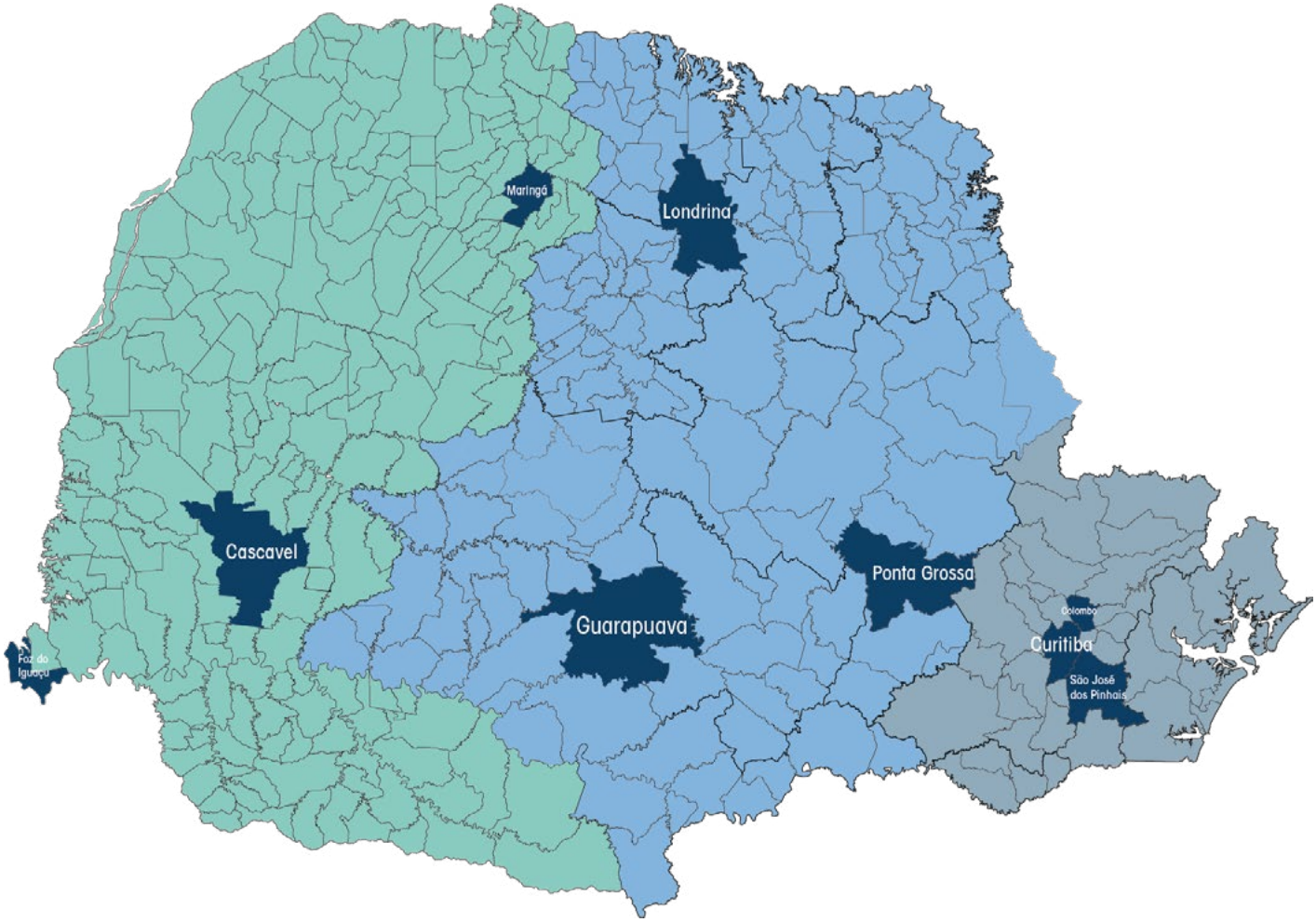
Microrregiões

A titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada em colegiados, nos quais os Municípios possuem 60% dos votos e o Estado do Paraná os outros 40%. Entre as atribuições dos colegiados, destacam-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas. Assim, os planos municipais de saneamento básico foram substituídos, até 31 de dezembro de 2022, pelos planos regionais em cada Microrregião, considerando um horizonte de 30 anos para todos esses serviços, como também a integração das ações com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Paraná (PERS-PR).

Dentro desse contexto, em 30 de março de 2022, todos os contratos vigentes da Companhia foram adequados às recém-estabelecidas Microrregiões, em conformidade com o art. 11 B da Lei Federal 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020.

- Microrregião Centro-Litoral: com **3,92 milhões de habitantes**, é formada por **36 Municípios**, incluindo Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo.
- Microrregião Centro-Leste: com **3,64 milhões de habitantes**, é formada por **155 Municípios**, incluindo Londrina, Ponta Grossa e Guarapuava.
- Microrregião Oeste: com **3,87 milhões de habitantes**, é formada por **208 Municípios**, incluindo Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Microrregiões do Paraná



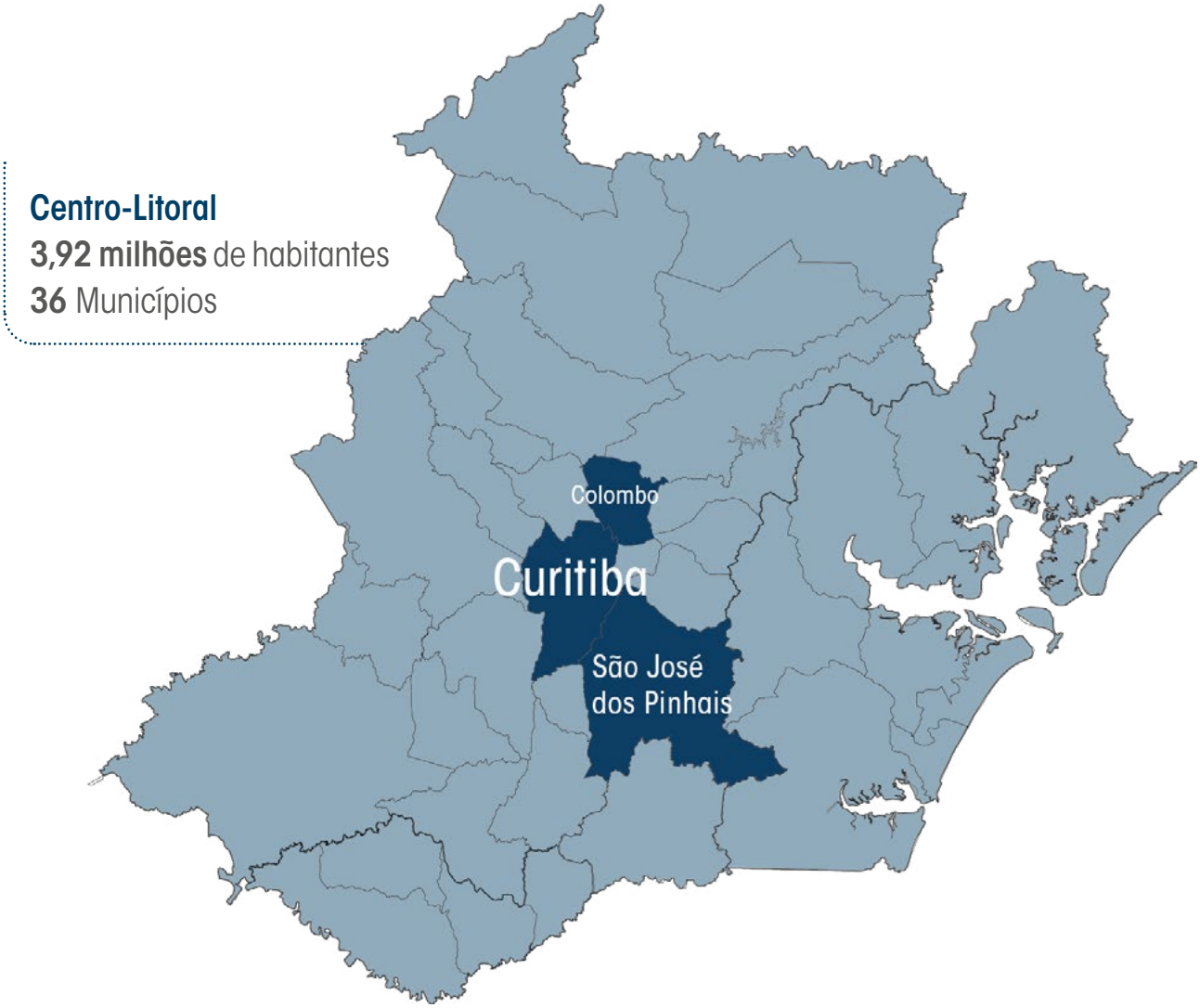
Micro Microrregião Centro-Litoral

Microrregião Centro-Leste

Microrregião Oeste

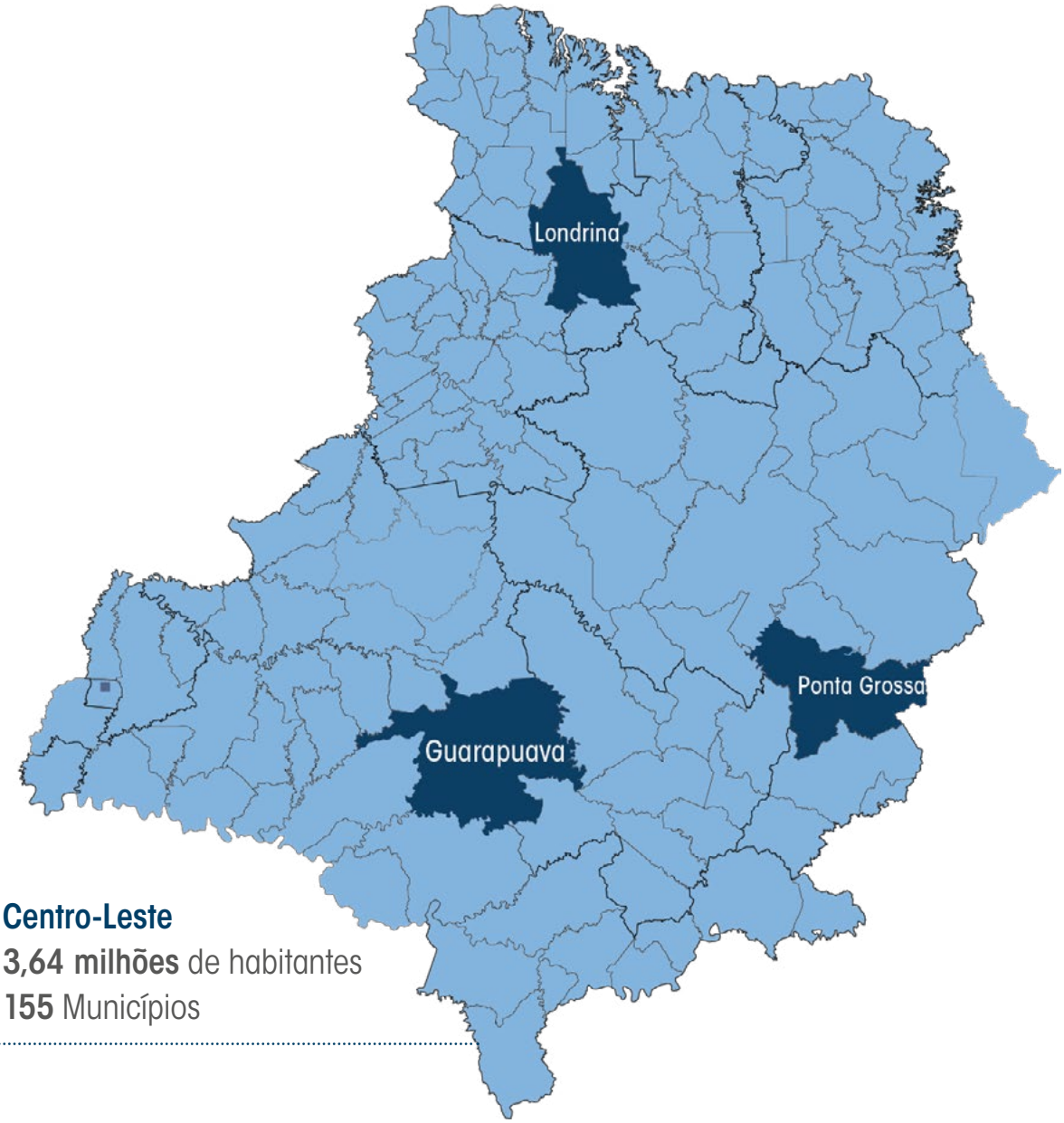
*Os nove municípios citados são os de maior população em cada Microrregião

Microrregião Centro-Litoral



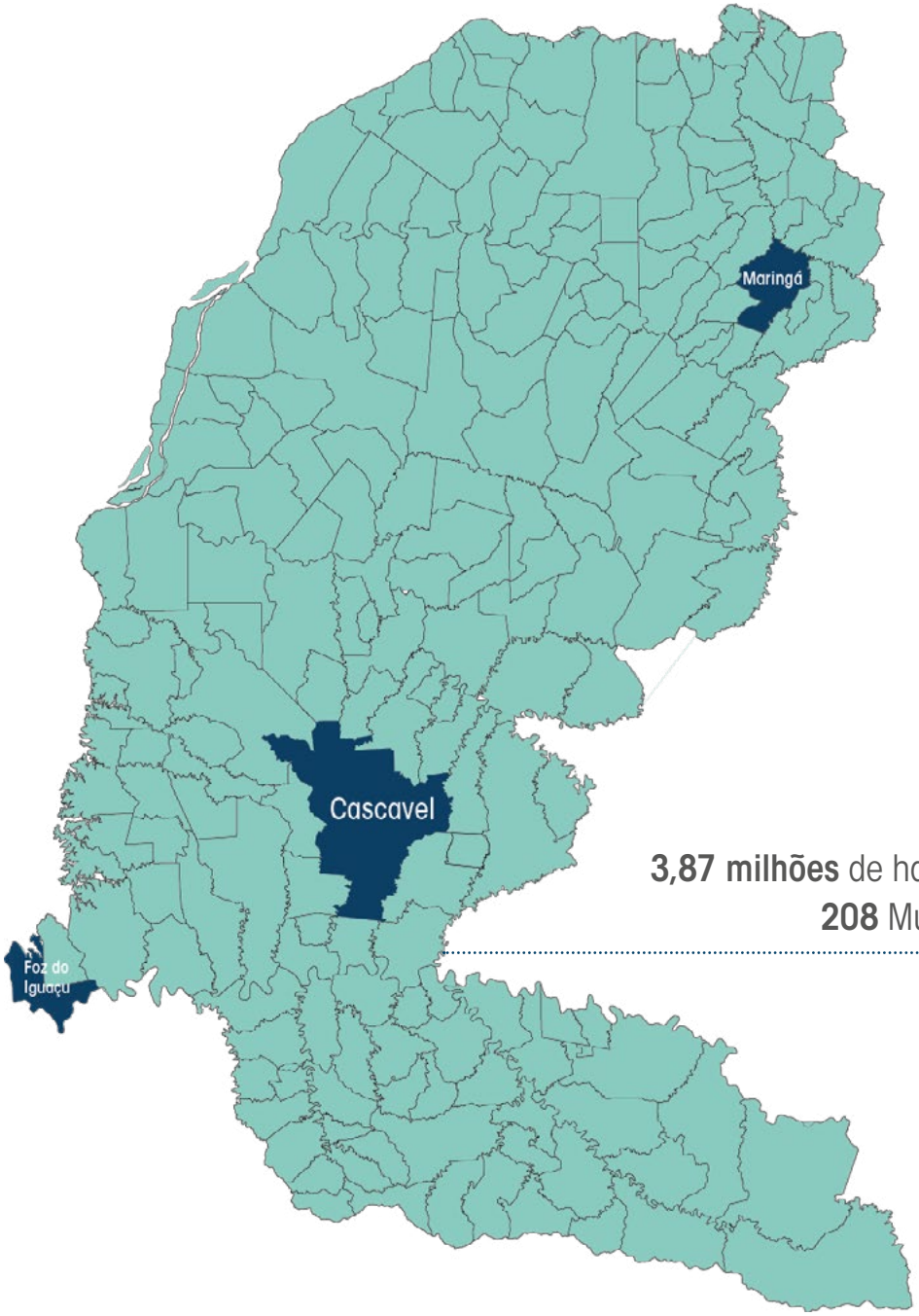
Estação de Tratamento de Água Iguaçu - Curitiba/PR

Microrregião Centro-Leste



Centro-Leste
3,64 milhões de habitantes
155 Municípios

Microrregião Oeste



Oeste
3,87 milhões de habitantes
208 Municípios

Em 2022 foram investido R$ 11 milhões em saneamento rural. Foram 80 obras em andamento, algumas delas com conclusão programada para 2023. O plano 2023-2027 deve atender 16 aldeias indígenas.

Em conformidade com o Decreto Federal nº 10.710/2021, foram protocolados nas Agências Reguladoras Estaduais AGEPAR (PR) e ARIS (SC), e Federal ANA (Agência Nacional de Águas) os documentos para comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar, bem como minuta dos termos de atualizações dos contratos, os quais foram aprovados pelos colegiados microrregionais.

Para atingir a universalização, a Sanepar intensificou os investimentos no saneamento rural e em comunidades quilombolas e aldeias indígenas se atendo à participação de 0,15% da receita líquida de água e esgoto no ano anterior - aproximadamente R$ 11 milhões em 2022 - apesar do maior esforço demandado sob o aspecto social.

Foram 80 obras em andamento em 2022, algumas delas com conclusão programada para 2023. O plano 2023-2027 deve atender 16 aldeias indígenas nos municípios de Vitorino, Guaíra, Terra Roxa, Tamarana e Santa Helena.

Perfil dos contratos

325 municípios com contratos vigentes

1 município com contrato sub judice

20 municípios com contratos vencidos

Acesso à água durante a pandemia

Ainda conforme a Lei n° 20.187/2020, que dispõe sobre diretrizes, medidas de saúde e outras providências para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias no Estado do Paraná, a Sanepar manteve a suspensão dos cortes de água em 2022, em consonância com o seu compromisso social e garantindo o saneamento aos mais vulneráveis em meio à crise.

Até 30 de novembro de 2021, a população pôde contar com o RECLIP (Programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares Ativos e Inativos), que oportunizou a negociação de contas em atraso que somavam aproximadamente R$ 93 milhões, auxiliando no planejamento do orçamento de muitas famílias e contribuindo para a redução da inadimplência. Na renegociação não havia valor de entrada nem multas e o valor devido era parcelado em até 60 vezes, com taxa de juros de 0,1% ao mês.

Para continuar mitigando os impactos econômicos causados à população devido aos efeitos da pandemia, foi lançada, em julho de 2022, a versão atualizada do programa, o RECLIP/2022, com flexibilização das regras de negociação, dentre elas a dispensa do valor de entrada, a retirada da multa, e o parcelamento em até 60 vezes, além da redução da taxa de juros de parcelamento para 0,3% ao mês.

Resultado RECLIP/2022

102.391*
Clientes atendidos

1.109.896*
Faturas negociadas

* Dados até a primeira quinzena de janeiro de 2023.

Sede Sanepar - Curitiba/PR

Visão, Propósito e Valores

A Sanepar está constantemente buscando inovações que confiram maior eficiência aos processos, técnicas e materiais utilizados, para seguir realizando os investimentos necessários à meta de universalização com qualidade e preservando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Soluções inovadoras são estimuladas entre os funcionários e estão presentes em todas as áreas e processos, como parte da própria cultura da Sanepar.

VISÃO

Universalizar o saneamento ambiental, com excelência, em todos os municípios atendidos, comprometida com a satisfação dos clientes.

PROPÓSITO

Saúde e Sustentabilidade para a Sociedade.

VALORES

Responsabilidade - Ser responsável por suas ações e decisões, em comprometimento com os objetivos da empresa;

Inovação - Buscar novas soluções, visando a eficiência e a universalização do saneamento ambiental;

Competência - Executar suas atribuições profissionais com o suporte do conhecimento, habilidades e atitudes assertivas;

Respeito - Agir de forma correta, respeitando a diversidade, a sociedade e o meio ambiente;

Comprometimento - Agir de forma dedicada e comprometida com os princípios, os valores, a visão e a missão da empresa;

Profissionalismo - Exercer suas atribuições com dedicação, ética e respeito;

Transparência - Atuar e informar de forma clara e verdadeira;

Ética - Agir de acordo com valores que norteiam uma conduta íntegra, transparente e honesta.

Estação de Tratamento de Água - Praia de Leste

9

Plano Estratégico Ciclo 2023-2027

O desafio da Sanepar para os próximos anos é se adequar aos novos cenários que impactam os esforços para atingir as metas de universalização estabelecidas pelo Novo Marco Legal, sem descuidar da qualidade no atendimento à população nem do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Somam-se às novidades regulatórias as mudanças climáticas, a escassez de matérias-primas provocada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, e a antecipação de investimentos devido à escassez hídrica.

Todas essas excepcionalidades, ocorrendo de forma concomitante, ampliam a necessidade de implementação de soluções inovadoras por parte da Companhia.

Dentro desse contexto, o plano de investimentos teve de ser reavaliado para promover a utilização de inovações, que incluíram desde a utilização de matérias-primas mais eficientes, sustentáveis e com menor custo, até novos métodos de construção, dentro dos limites da legislação ambiental, permitindo reduzir o tempo das obras para mitigar com maior celeridade os impactos da crise hídrica. Além disso, foram feitas adaptações operacionais para manter a qualidade na prestação de serviços à população. Tudo isso, de forma bastante aderente às projeções de investimentos aprovadas pela Administração.

Valores sólidos

Apesar das diversas mudanças que se apresentam, os objetivos estratégicos e eixos norteadores da Sanepar permanecem inabaláveis:

- **Sustentabilidade** – assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social.

- **Clientes e poder concedente** – manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação e fidelizar os clientes; fortalecer a imagem da empresa.

- **Processos** – garantir a qualidade dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos; assegurar as práticas regulatórias e de governança corporativa.

- **Aprendizado e Crescimento** – fortalecer a cultura da inovação; aperfeiçoar o conhecimento, as habilidades e atitudes; desenvolver o ambiente organizacional.

Governança Corporativa

A Sanepar mantém a governança como uma prioridade. Reforçando o compromisso com a transparência e a integridade, a Companhia publica anualmente o Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, Controle Interno Corporativo e *Compliance*, que, assim como as políticas, é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano detalha os princípios, diretrizes, regras, responsabilidades e conceitos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e dos controles internos nos processos da Companhia.

Para alinhamento com as boas práticas de mercado e o fortalecimento da inciativa, o Programa de Integridade foi revisado em 2022, passando a incluir os pilares: Terceiros e Diversidade, que se somaram aos de Governança, Riscos, Instrumentos, Comunicação, Gestão da Consequência e Monitoramento.

Contudo, adicionalmente aos oito pilares, o Programa de Integridade considera, principalmente, o conjunto composto por: Código de Conduta e Integridade, Regulamento Disciplinar, Regimento Interno do Comitê de Conduta e normas internas que desdobram as regras. O Código de Conduta e Integridade é um dos principais instrumentos de asseguração da integridade na Sanepar, pois, determina as condutas aceitas e não aceitas pela Companhia. Caso ocorra alguma irregularidade, esta pode ser apresentada ao Canal de Denúncias, à gestão ou

demais canais de acesso à Sanepar. O Regulamento Disciplinar prevê as medidas que devem ser tomadas: as situações consideradas leves, educativas e médias são tratadas pela gestão imediata, e as graves e gravíssimas pelo Comitê de Conduta. Esse procedimento confere transparência e equidade ao processo, reforçando o comportamento íntegro preconizado pelo código.

Anualmente, é promovida a "Semana de Integridade" na semana em que é celebrado o Dia Internacional de Combate à Corrupção (9 de dezembro), durante a qual são apresentados painéis sobre assuntos correlatos. Em 2022, o evento contou com a participação dos agentes de governança da Sanepar, em especial do Presidente do Conselho de Administração e membros do Conselho, além do Presidente da Sanepar e dos Diretores da Companhia, e de personalidades reconhecidas nacionalmente. Foram abordados temas como Ética e *Compliance*, Aspectos Legais da Integridade, Diversidade, Riscos Corporativos e Operacionais, Dia Internacional de Combate à Corrupção e Lei Geral de Proteção de Dados.

Para além dos instrumentos de integridade, em 2022 também foram feitos avanços no mapeamento de riscos dos processos, para possibilitar a avaliação dos sistemas de controles internos e, assim, aperfeiçoar e assegurar a gestão em todos os níveis da Companhia, incluindo o tático e o operacional. Os processos são priorizados de acordo com os critérios de materialidade das diretorias e com as orientações do Comitê de Gerenciamento de Riscos, e são executados com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

Ainda em 2022, foram revisados os seguintes documentos: Estatuto Social da Companhia; Código de Conduta e Integridade; Código de Conduta para Terceiros; Políticas de Investimentos e Transações com Partes Relacionadas; Regimento Interno do Conselho Fiscal; e Regulamento Disciplinar. Também foi implantado o Regimento Interno do Comitê ASG. As Políticas de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão foram unificadas na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Sanepar. Foi implantada uma nova política, de Inovação.

Olhar para o futuro

A Sanepar conta com importantes elementos necessários para se consolidar no ambiente do Novo Marco Legal: funcionários com um excelente nível técnico e comprometimento, controles internos mapeados e cumpridos à risca, e diretrizes de integridade e ética sólidas. A missão da Companhia é oferecer serviços de qualidade sob tarifas justas, atendendo a população em saúde e qualidade de vida.

Projeto de monitoramento ambiental. Abelhas sem ferrão
do Centro de Educação Socioambiental Mananciais da Serra (CEAM)

10

Sustentabilidade

No setor de saneamento, as questões de sustentabilidade são intrínsecas à atividade. As operações da Companhia geram impactos ambientais, positivos e negativos, relacionados à preservação do ciclo da água na natureza e às obras de abastecimento em áreas cada vez mais urbanizadas. Há, ainda, os aspectos sociais relativos ao fornecimento de água e ao tratamento de esgoto dentro dos padrões de qualidade mediante pagamento de tarifa módica, o que contribui para o desenvolvimento sustentável.

Para aprimorar o *Compliance* Ambiental e mitigar os impactos negativos gerados na operacionalização de seus sistemas, buscando soluções compensatórias inovadoras, o Conselho de Administração da Sanepar aprovou na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2022, a assinatura dos dois primeiros Termos de Conversão Direta, propostos pelo IBAMA, que somam R$ 87,6 milhões, a serem desembolsados em um cronograma de 10 (dez) anos, possibilitarão a requalificação de aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) hectares. A medida utiliza conceitos modernos de accountability e gastos prudentes para remediar impactos negativos ao mesmo tempo que promove expansão responsável da cobertura dos serviços de saneamento.

Em 2022, o comitê ASG ganhou robustez. Formalizado em julho de 2021, teve a agenda de reuniões intensificada e trabalhou com afinco na formulação de uma agenda ASG Corporativa, aprovada em setembro pela Alta Administração. Criado em abril de 2022, o Comitê de Inovação objetiva fortalecer a disseminação dessa cultura em todos os níveis da Companhia. Outro destaque do ano foi a consolidação da Política de Sustentabilidade, que é uma evolução da Política Ambiental, e tem por objetivo estabelecer diretrizes para fomentar holisticamente a sustentabilidade ambiental e de recursos hídricos, assim como a responsabilidade social e econômica em todas as atividades realizadas. O foco é a criação de valor a todas as partes interessadas, de forma sustentável e resiliente.

Signatária do Pacto Global desde 2019, a Companhia adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), trabalhando no sentido de cumprir as metas estabelecidas e para a disseminação e promoção da Agenda 2030.

Para a Sanepar, todos os 17 ODS são igualmente importantes e intrinsicamente ligados entre si, porém, para auxiliar a abordagem e viabilizar a devida internalização, a Companhia decidiu estrategicamente pela priorização de 5 desses objetivos:

Ações da Sanepar que atendem aos ODS priorizados:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Água Potável e Saneamento

- Tarifas diferenciadas;
- Serviços de saneamento;
- Comitês de bacias;
- Sustentabilidade da escola ao rio;
- Eficiência energética;
- Agenda ambiental;
- Lodo de esgoto – uso agrícola;
- MASPP (metodologia de análise e soluções de problemas de perdas);
- Convênios de pesquisa;
- Se Ligue na Rede;
- Educação ambiental em bacia de mananciais;
- Caixa d'água Boa;
- Saneamento rural;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Visitas mediadas;
- Ambiente regulado.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Saúde e Bem-Estar

- Tarifas diferenciadas;
- Inventário de gases efeito estufa;
- Comitê da diversidade, equidade e inclusão;
- Serviços de saneamento;
- Se ligue na rede;
- Caixa d'água boa;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida;
- Saneamento rural;
- Educação a distância.

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Igualdade de Gênero

- Educação a distância de gênero;
- Código de conduta;
- Comitê da diversidade, equidade e inclusão;
- Se ligue na rede;
- Política de remuneração;
- Prêmio Inova;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida.

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Consumo e Produção Responsáveis

- Inventário de gases efeito estufa;
- Serviços de saneamento;
- Sustentabilidade da escola ao rio;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Educação ambiental em bacia de mananciais;
- Visitas mediadas;
- Convênios de pesquisa;
- Tarifas diferenciadas;
- Ambiente regulado;
- Lodo de esgoto – uso agrícola;
- Eficiência energética;
- Comitês de bacias;
- Agenda ambiental.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Ação contra a Mudança Global do Clima

- Convênios de pesquisa;
- Agenda ambiental;
- Sustentabilidade da escola ao rio;
- Cortinas verdes;
- Eficiência energética;
- Comitês de bacias;
- Inventário de gases efeito estufa;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Educação ambiental em bacia de mananciais;
- MASPP (metodologia de análise e soluções de problemas de perdas);
- Serviços de saneamento.

A priorização, feita em trabalho que contou com a participação de representantes de todas as diretorias da Companhia, permitirá a orientação dos investimentos, ações e programas, estabelecendo um caminho ótimo para alcançar as metas da Agenda 2030, com responsabilidade e consistência, e gerando valor para os acionistas, empregados e a sociedade como um todo.

O trabalho de priorização evidencia o cuidado da Sanepar tanto com o ambiente interno quanto com o entorno, buscando garantir boas condições para que a própria organização, mas também seus empregados e parceiros comerciais, a natureza e a sociedade possam se desenvolver e prosperar em conjunto.

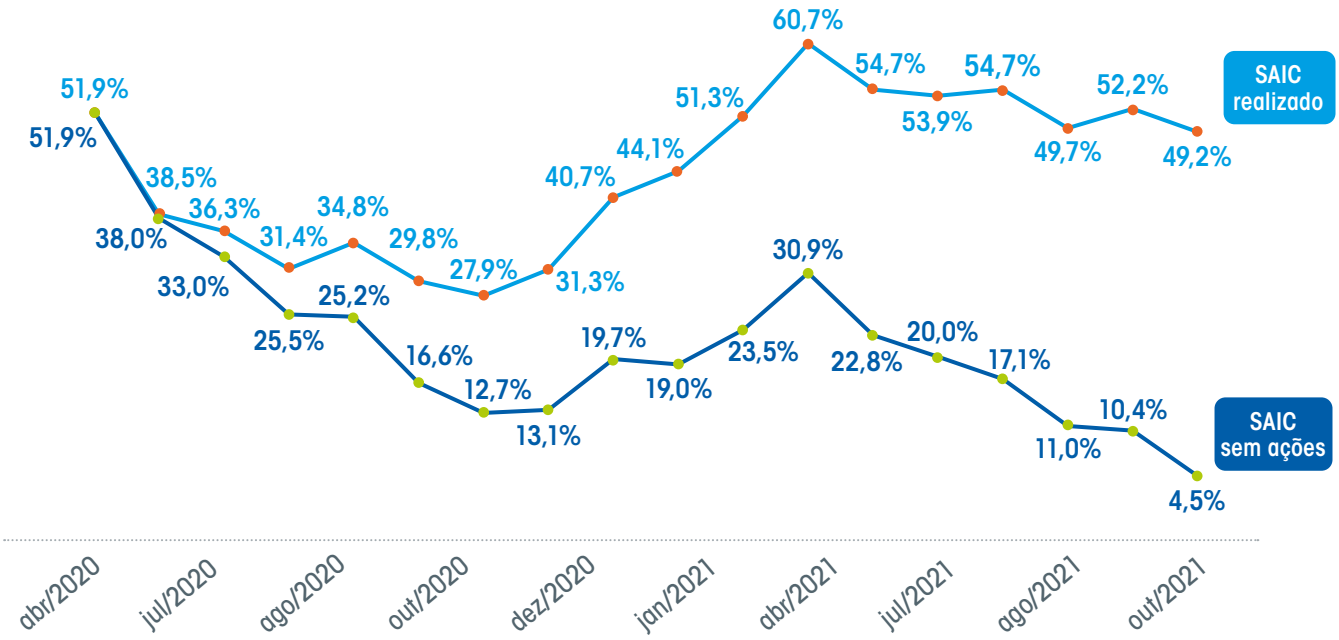
Escassez hídrica

No contexto de sustentabilidade, merecem destaque também as ações realizadas para enfrentamento da crise hídrica: previsão dos volumes dos reservatórios em cenários distintos de comportamento climático; negociação com a comunidade agropecuária; Meta20 para conscientização da necessidade de redução do consumo de água pela população abastecida – fundamental para que o rodízio fosse encerrado em janeiro de 2022 –; captação de águas de cavas e pedreiras; transposições de rios; e calibragem da frequência de rodízios do abastecimento público. Todas essas ações ajudaram a mitigar os impactos negativos da crise e alicerçaram o entendimento da relevância de um meio ambiente sustentável para a segurança hídrica da população.

Dentre outras obras estruturantes, a Sanepar antecipou interligações de adutoras do Reservatório Corte Branco, em Curitiba, para reforçar a distribuição de água nas regiões mais distantes, e também construiu de forma emergencial a captação de água do Rio Capivari, em Colombo, que passou a levar até 714 litros de água por segundo para a Barragem do Iraí. Esta obra, prevista para ter início em 2025, foi construída em tempo recorde de seis meses.

Os dois cenários para o Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana, comparados no gráfico a seguir durante a vigência do Rodízio, evidenciam que as intervenções adotadas foram cruciais para a melhoria do horizonte e, ao final de 2022, período em que a população manteve o consumo de água 15% menor que antes da escassez, verificou-se que os reservatórios do Sistema de Abastecimento Integrado (SAIC) mantiveram o nível médio de 80,34% durante o ano – sinalizando o fim do período mais crítico de estiagem dos últimos 90 anos no Paraná.

Gráfico Sistema de Abastecimento



SAIC - Sistema de Abastecimento de Água Integrada de Curitiba e Região Metropolitana.

A Sanepar publica anualmente suas informações socioambientais em Relatório de Sustentabilidade e, a partir de 2023, o documento será produzido no formato de Relato Integrado - seguindo a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI 2021).

Seminário de Boas Ideias da GGML

11

Capital Humano

Em 2022, os efeitos da pandemia de COVID-19 ainda se fizeram sentir, mas, foram enfrentados com a força e a competência dos empregados da Sanepar, que conseguiram manter os padrões de qualidade e atendimento nesse terceiro ano de excepcionalidade.

Novamente, a equipe superou os desafios e, com criatividade e eficiência, conquistou mais um ano de bons resultados.

Teletrabalho

Em dezembro de 2021, foi formalizada a modalidade de teletrabalho na Companhia. A partir da experiência de manter boa parte dos empregados administrativos trabalhando em casa durante a pandemia, a Sanepar propôs uma atualização do contrato de trabalho, que foi submetida à aprovação dos sindicatos. Aprovada a proposta, coube a cada área definir quem estaria apto a adotar o modelo e as escalas de trabalho. A adesão foi por meio de termo aditivo ao contrato individual de trabalho, tendo sido acompanhada pela equipe de Gestão de Pessoas, que ofereceu todo o suporte quando acionada.

Política de Gestão de Pessoas

A diretriz de segurança, saúde e bem-estar da Política de Gestão de Pessoas da Sanepar preconiza a necessidade de "proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por extensão, na de seus familiares".

O documento aprovado pelo Conselho de Administração contribui para a implementação das práticas ASG (Ambiental, Social e Governança). Estão previstas atualizações constantes, para que a política seja entendida como atual e aderente às principais tendências de boas práticas corporativas, de forma a sempre fazer sentido para os empregados.

Clima Organizacional

A satisfação dos empregados é avaliada bienalmente por meio da pesquisa Fale Francamente. A mais recente ocorreu em 2021, quando foram atribuídos os conceitos: muito satisfeito, satisfeito, indiferente, insatisfeito e muito insatisfeito para que os participantes pudessem classificar os diversos temas abordados. A alteração está alinhada com o modelo Guia de Referência para Medição do Desempenho (GRMD), da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

A pesquisa de satisfação dos empregados é uma importante ferramenta, que propicia a melhoria contínua nos processos, dentre eles o Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR), significativamente alterado de um ciclo para o outro, incorporando melhorias que foram sugeridas em boa parte pelos empregados, por meio dos planos de ação realizados pelas áreas da Companhia. Outros novos programas implementados foram: Programa de Desenvolvimento de Liderança, Programa de Incentivo à Educação, Programa de Redução de Jornada de Trabalho para pais/mães com filhos que necessitem de acompanhamento especial, além de melhorias nos benefícios: auxílio material e uniforme escolar, vale alimentação litoral, entre outros.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Em 2021, a Sanepar constatou a necessidade de transformar o Comitê de Equidade em algo maior e mais abrangente, em consonância com os desafios apresentados pela sociedade e com os princípios preconizados pela agenda ASG. A delegação foi remodelada para atender novas demandas, de forma mais plural e inclusiva, transformando-se no Comitê Existir - Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão. Desde janeiro de 2022, o Existir estabeleceu um trabalho de estruturação de base, revendo normativos e propondo diretrizes e medidas para tornar o ambiente corporativo mais diverso e inclusivo, com iniciativas como:

- Proposição de metas e critérios inclusivos na Política de Elegibilidade da Sanepar, com intuito de tornar a alta liderança mais plural e representativa em relação à diversidade social;

- Alteração da Licença Violência Doméstica (aprovada em acordo coletivo de trabalho - ACT) para não diferenciação de gênero;

- Revisão e ampliação da norma de Acompanhamento Médico Familiar para homens e criação do acompanhamento gestacional, promovendo a parentalidade;

- Definição do posicionamento de Campanhas Corporativas e participação em eventos como Mês da Mulher Sanepariana, Agosto Lilás, Parentalidade (Dia dos Pais) e Outubro Rosa;

- Sala da Nutriz Sede Administrativa - a partir da avaliação de estatísticas internas de quantitativos de gestantes e licença maternidade, o Existir revisou requisitos normativos da Anvisa para recomendar adequações ao espaço e realinhar o conceito do ambiente como espaço da mulher lactante.

Webinar - Profissão de mulher é qual ela quiser. Local Centro de Treinamento - Curitiba. Autor: André Thiago Chaves Aguiar

Gestão da Pandemia

Como prestadora de serviço essencial, a Sanepar não deixou de operar um só dia durante a pandemia. Para minimizar riscos para os trabalhadores, grande parte das ações iniciadas em 2020 foram mantidas até 2022: publicação de circulares orientativas; divulgação de mapa de monitoramento de casos na Companhia; subsídio integral de testes RT-PCR para os empregados; rigorosos procedimentos de sanitização e canal de denúncia ativo para reportar condutas inadequadas quanto às medidas preventivas.

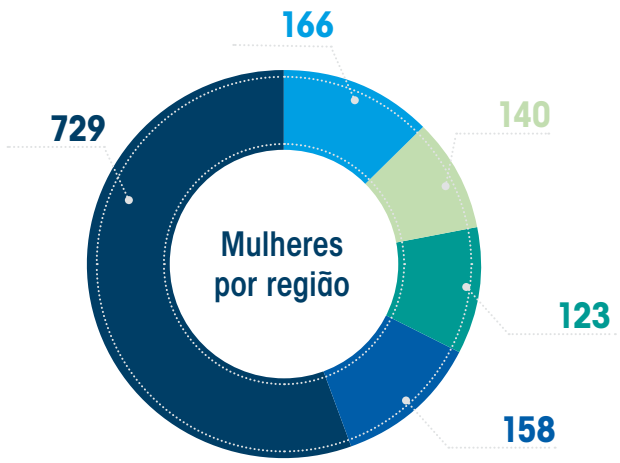
A Comissão Especial Covid-19, designada por meio da Resolução n° 332/2022 - DP/DA, era composta por profissionais de saúde e segurança do trabalho, psicologia, assistência social e comunicação, e permaneceu atuante em 2022, reunindo-se, nos últimos meses do ano, em caráter eventual ou emergencial. O papel da Comissão era auxiliar nas tomadas de decisões da Companhia relacionadas à pandemia, em alinhamento com as recomendações do Ministério da Saúde e das autoridades de saúde locais. A partir da revogação da Comissão Especial, as ações de enfrentamento ficaram sob responsabilidade exclusiva da equipe de Medicina do Trabalho, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, Serviço Social e Desenvolvimento de Pessoal.

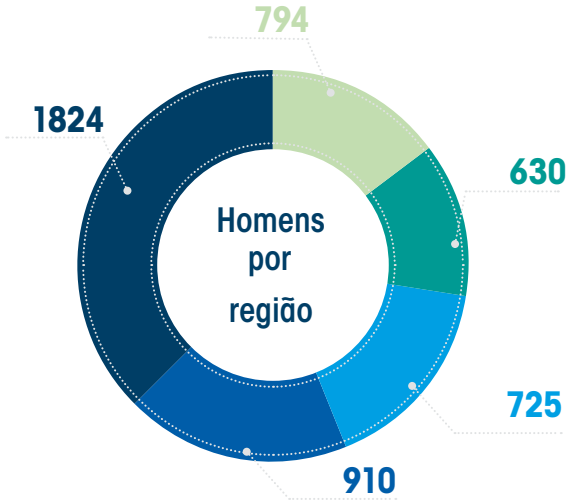
A Companhia acredita que todo o cuidado sobre o tema contribuiu para mitigar o contágio entre os empregados. A principal ferramenta para isso foi a comunicação rápida, clara e acessível para todos os níveis. A Sanepar credita a essa comunicação fluida, sempre presente nas rotinas da empresa, desde os primeiros dias da pandemia, o engajamento e comprometimento com os cuidados necessários, por parte dos empregados.

A seguir o perfil dos empregados da Sanepar:

Perfil dos Empregados

Distribuição Geográfica





Metropolitana de Curitiba e Litoral
Nordeste
Noroeste
Sudeste
Sudoeste

Gráfico Escolaridade

	Mulheres	Homens
Ensino Fundamental Incompleto	0	23
Ensino Fundamental	0	24
Ensino Médio	223	1.605
Ensino Médio Técnico	184	1.014
Ensino Superior	409	1.350
Pós-Graduação	500	867

Gráfico Funções de Liderança

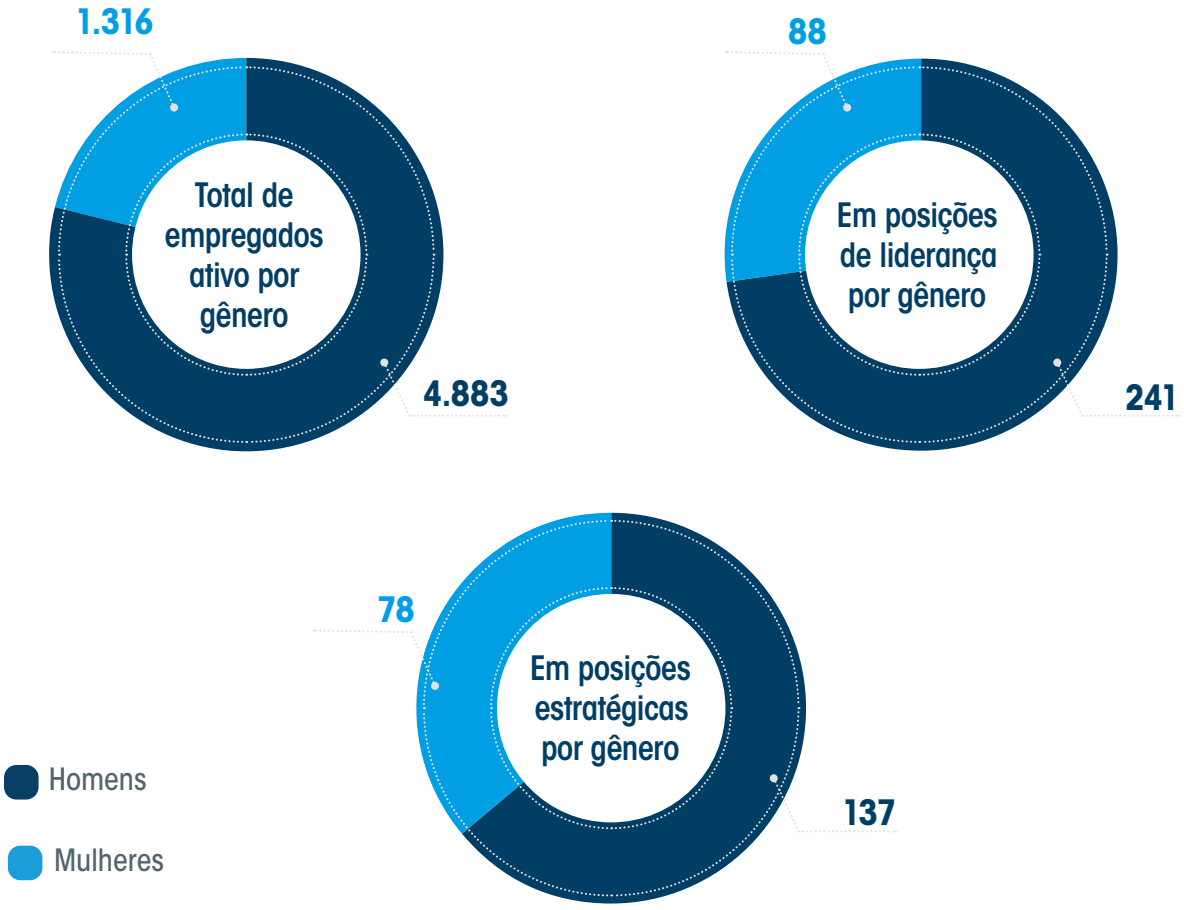
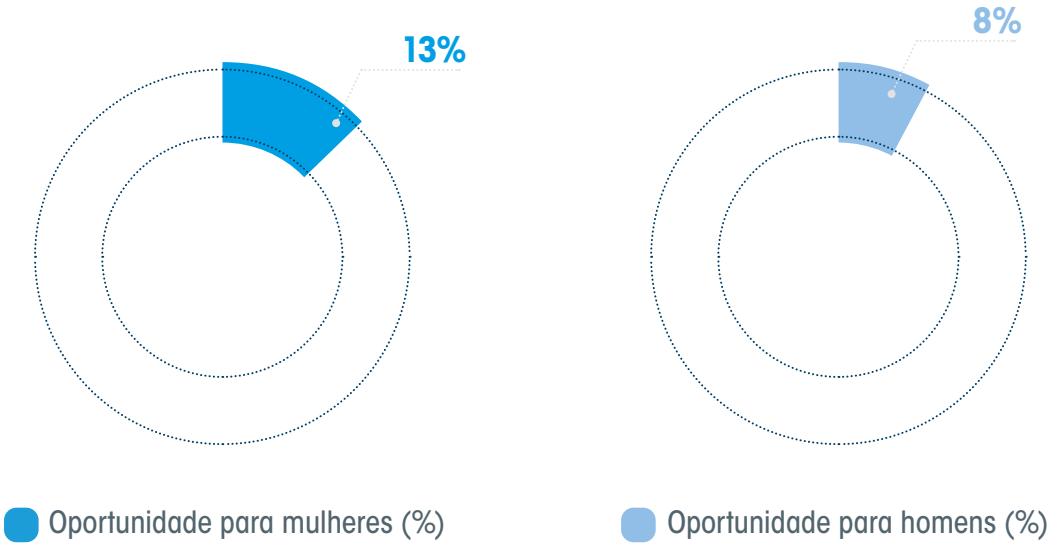


Gráfico Índice de Oportunidade - Mulheres X Homens



Ação "Gentileza na Fila" na Unidade de Saúde Ouvidor Pardinho - Curitiba. Autor: André Thiago Chaves Aguiar

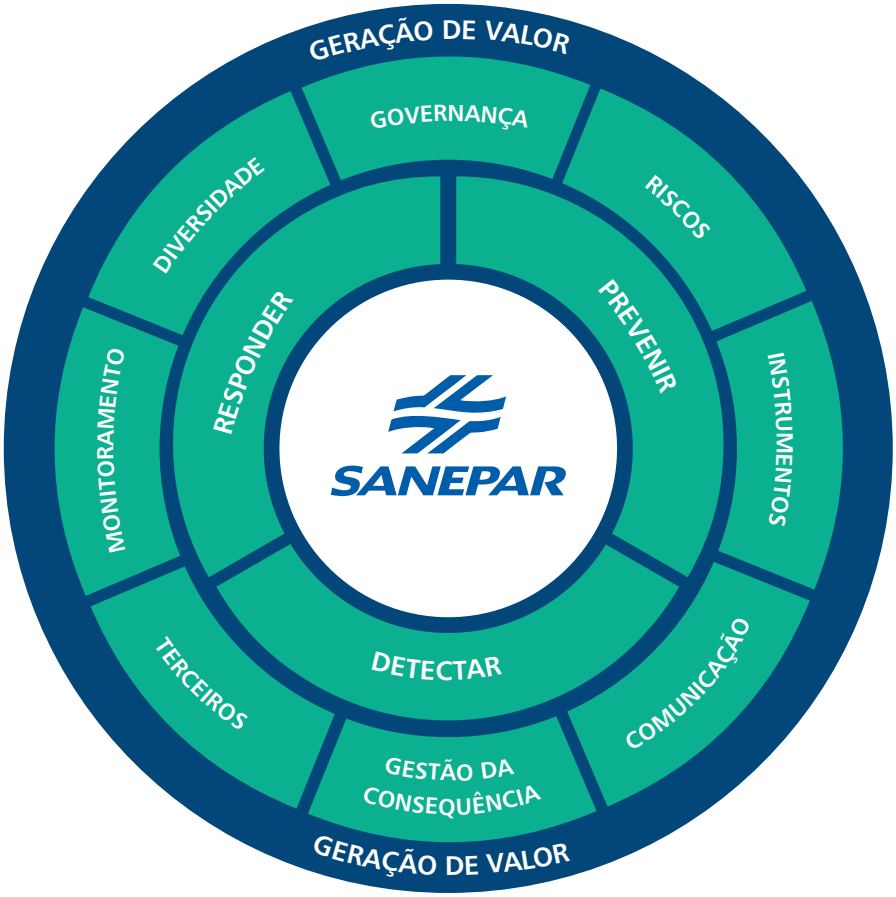
Informações adicionais

Governança, riscos e *compliance*

Após a reestruturação das áreas de *Compliance* e Gestão de Risco, com a criação no ano de 2020 da DAGRC (Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance*), os anos de 2021 e 2022 foram de consolidação de práticas e colheita de bons resultados.

Durante o segundo semestre de 2022, a equipe dessa diretoria, com o propósito de disseminar e permear a cultura de integridade na Companhia, realizou visitas de Disseminação do Programa de Integridade, percorrendo as gerências em todas as Regiões do Estado. O propósito foi apresentar a estrutura de governança da Sanepar e suas principais atividades, e mostrar a importância de promover um ambiente íntegro e transparente, de acordo com os dispositivos legais aos quais a Companhia está submetida, e, principalmente, um ambiente de respeito entre todos.

O Programa de Integridade está ancorado em oito pilares:



Em parceria com as áreas de Comunicação e Desenvolvimento de Pessoas, foi mantida a trilha obrigatória de capacitação para os funcionários na modalidade EaD (Educação a Distância) – da Governança, da Integridade e do *Compliance* –, visando um maior alinhamento de todos aos valores e processos da Companhia e aproximando-os cada vez mais dos objetivos propostos.

Para a gestão da integridade e consequências, a Sanepar faz ampla divulgação do Código de Conduta e do Regulamento Disciplinar, que conferem mais instrumentalidade e eficiência tanto para o Comitê de Conduta quanto para as lideranças. Trimestralmente, a alta administração e seus agentes de Governança são informados a respeito dos resultados de apuração e medidas tomadas por *Compliance*, Núcleo de *Compliance*, Comitê de Conduta e lideranças da Companhia, visando a proporcionar melhoria e monitoramento do processo.

Em 2022, foram definidas as normas do Canal de Denúncia externo e independente, criadas para garantir a anonimidade e não-retaliação aos denunciantes. O normativo específico avaliza que todas as denúncias recebam o tratamento adequado e sejam respondidas pelas áreas, dentro de um tempo razoável.

As denúncias recebidas passam por averiguação quanto à veracidade, que, uma vez confirmada, leva à instauração de procedimentos de apuração interna. O encaminhamento é feito de acordo com o Regulamento Disciplinar, que estabelece os procedimentos para a tomada de decisão, envolvendo medidas disciplinares decorrentes de violações ao Código de Conduta e Integridade, e ao descumprimento de leis, normas, políticas e demais procedimentos internos. Tal regimento indica a atuação conforme o nível de gravidade da conduta denunciada, sendo que o caso pode ser levado ao Comitê de Conduta ou à liderança imediata dos denunciados, para a devida gestão da consequência. Em todo o processo, há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciantes.

A atuação dos órgãos de governança da Sanepar é constantemente avaliada por empresa externa independente, o que, além de cumprir uma determinação legal, permite a evolução contínua.

Transparência

A Sanepar mantém um site com informações de transparência, com fluxo estabelecido de como pedir e obter informações. O Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) visa o exercício de uma transparência voltada para o ambiente empresarial.

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei n°13.709) em 1º de agosto de 2021, a Companhia nomeou um encarregado de proteção de dados. Adicionalmente, está implantando ferramentas para proteger cada vez mais os dados pessoais de empregados, fornecedores e consumidores, com o intuito de garantir robustez à sua Política de Privacidade de Dados, conforme exige o agente regulador nacional de proteção de dados. Essas medidas são derivadas de trabalho técnico que envolveu as áreas de Governança e Tecnologia da Informação (TI).

Serviços Prestados por Auditores Independentes

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato com a Companhia, datado de 26 de novembro de 2019, para a execução dos serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITR) dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020 a 2023. Auditores da BDO também foram contratados para certificar os indicadores de Sustentabilidade reportados no Relato Integrado 2022, conforme recomenda a CVM.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

Torneira de água nos Mananciais da Serra em Piraquara. Autor: André Thiago Chaves Aguiar.

13

Balanço Social Anual

A Sanepar apresenta seu Balanço Social com o intuito de fortalecer a transparência perante empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e comunidade em geral.

O modelo aqui utilizado é o proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Com o objetivo de demonstrar seus valores éticos, como a participação, a igualdade, a diversidade de gênero e raça, a inclusão de Pessoas com Deficiência, entre outros, a Companhia presta contas da real situação da Sanepar.

A análise dos dados elucida em quais pontos a Companhia já avançou e em quais questões necessita melhorar, revelando os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2022						
1) Base de Cálculo	2022			2021		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Operacional Líquida (ROL)	5.673.647			5.204.412		
Lucro Operacional (LO)	1.545.547			1.603.566		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.092.060			930.852		
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre ROL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre ROL**
Alimentação	105.223	9,64	1,85	96.505	10,37	1,85
Encargos sociais compulsórios	231.870	21,23	4,09	208.144	22,36	4,00
Previdência privada	37.913	3,47	0,67	33.626	3,61	0,65
Saúde	85.955	7,87	1,51	79.100	8,50	1,52
Vale transporte	933	0,09	0,02	641	0,07	0,01
Segurança e saúde no trabalho	15.386	1,41	0,27	12.544	1,35	0,24
Educação	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.876	0,35	0,07	1.911	0,20	0,04
Creches ou auxílio-creche	2.055	0,19	0,04	1.848	0,20	0,04
Participação nos lucros ou resultados	88.093	8,07	1,55	80.197	8,61	1,54
Outros	142.438	13,04	2,51	78.190	8,40	1,50
Total - Indicadores Sociais Internos	**713.742**	**65,36**	**12,58**	**592.706**	**63,67**	**11,39**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre LO**	**% Sobre ROL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre LO**	**% Sobre ROL**
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	6.129	0,40	0,11	5.571	0,35	0,11
Fundos da Criança e do Idoso	3.500	0,23	0,06	4.000	0,25	0,08
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	-	-	-	1.500	0,09	0,03
Lazer e diversão	3.247	0,21	0,06	-	-	-
Outros	80	0,01	-	132	0,01	-
Total das Contribuições para a Sociedade	**12.956**	**0,85**	**0,23**	**11.203**	**0,70**	**0,22**
Tributos (excluídos encargos sociais)	870.570	56,33	15,34	853.310	53,21	16,39
Total – Indicadores Sociais Externos	**883.526**	**57,18**	**15,57**	**864.513**	**53,91**	**16,61**

4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	1.796.243	116,22	31,66	1.313.571	81,92	25,24
Em Programas e/ou projetos externos	159.378	10,31	2,81	91.266	5,69	1,75
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**1.955.621**	**126,53**	**34,47**	**1.404.837**	**87,61**	**26,99**
5) Indicadores do Corpo Funcional	**2022**			**2021**		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.199			6.281		
Nº de admissões durante o período	1			2		
Nº de estagiários(as)	116			43		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	3.099			2.935		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.316			1.328		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,60%			26,90%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa[1]	317			316		
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais[2]	98			99		
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,4			17,2		
Número total de acidentes de trabalho	108			141		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	**Em 2022: 3.851.694**			**Em 2021: 3.544.969**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,5% governo	30,3% colaboradores(as)		27,9% governo	28,0% colaboradores(as)	
	11,2% acionistas	13,3% terceiros	18,7% retido	9,7% acionistas	10,9% terceiros	23,5% retido

[1] Cota de Afrodescendentes em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005;

[2] Cota de Deficientes Físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

Demonstrações Contábeis Exercício 2022

14

SANEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis
- Balanços Patrimoniais 70
- Demonstrações dos Resultados 72
- Demonstrações dos Resultados Abrangentes 73
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido..... 74
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 75
- Demonstrações do Valor Adicionado 76
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 77

Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Contador 141
Relatório dos Auditores Independentes 143
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 151
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 153
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria 155
Parecer do Conselho Fiscal..... 160
Proposta de Orçamento de Capital..... 162

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.207.932	983.127
Contas a Receber de Clientes	6.a	1.086.163	971.478
Estoques		76.943	57.680
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	38.334	11.420
Depósitos Vinculados	8	23.705	14.375
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.1	16.053	12.716
Outras Contas a Receber	9	20.699	20.851
Total do Circulante		**2.469.829**	**2.071.647**
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	6.a	125.750	51.551
Depósitos Vinculados	8	75.214	58.982
Depósitos Judiciais	18.c	507.294	408.593
Ativos Financeiros Contratuais	10	676.465	603.014
Ativo de Contrato	11	2.746.449	1.869.743
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.c	686.874	679.462
Outras Contas a Receber	9	42.152	44.027
Investimentos	12	1.988	2.030
Imobilizado	13.a	370.524	312.679
Intangível	13.b	8.954.657	8.538.861
Total do Não Circulante		**14.187.367**	**12.568.942**
TOTAL DO ATIVO		**16.657.196**	**14.640.589**

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	14.a	575.651	407.680
Empreiteiros e Fornecedores		297.045	269.397
Impostos e Contribuições	15	102.767	84.602
Salários e Encargos Sociais		245.965	214.440
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20/22	227.335	243.551
Receitas a Apropriar	17	3.560	700
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.1	15.746	11.606
Cauções e Retenções Contratuais		2.217	2.210
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	67.404	77.341
Outras Contas a Pagar	21	91.968	85.644
Total do Circulante		**1.629.658**	**1.397.171**
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	14.a	4.507.593	3.712.885
Empreiteiros e Fornecedores		1.077	2.829
Receitas a Apropriar	17	11.273	-
Provisões	18.a	689.000	615.625
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	943.652	1.082.775
Outras Contas a Pagar	21	88.056	2.962
Total do Não Circulante		**6.240.651**	**5.417.076**
Total do Passivo		**7.870.309**	**6.814.247**
Patrimônio Líquido	22		
Capital Social		3.996.137	3.996.137
Reserva de Reavaliação		54.426	59.002
Ajustes de Avaliação Patrimonial		4.322	4.458
Reservas de Lucros		4.515.837	3.696.944
Outros Resultados Abrangentes		216.165	69.801
Total do Patrimônio Líquido		**8.786.887**	**7.826.342**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**16.657.196**	**14.640.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Líquida	23	**5.673.647**	**5.204.412**
Custos dos Serviços Prestados	24	**(2.383.355)**	**(2.120.008)**
Lucro Bruto		**3.290.292**	**3.084.404**
Despesas Operacionais			
Comerciais	25	(469.608)	(356.540)
Administrativas	25	(692.613)	(612.189)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(102.055)	(25.399)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(3.300)	(2.958)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	18.a	(73.375)	(70.948)
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	19	(72.703)	(57.425)
Programa de Participação nos Resultados	26	(88.093)	(80.197)
		(1.501.747)	**(1.205.656)**
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	27	264.891	105.281
Despesas Financeiras	27	(507.889)	(380.463)
		(242.998)	**(275.182)**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**1.545.547**	**1.603.566**
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	**(394.009)**	**(425.935)**
Corrente		(476.820)	(472.247)
Diferido		82.811	46.312
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.151.538**	**1.177.631**
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		359.856	368.010
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		791.682	809.621
Lucro Básico e Diluído por Ação	22.g		
Ordinária		0,71437	0,73056
Preferencial		0,78581	0,80362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	**1.151.538**	**1.177.631**
Itens que não serão reclassificados para o resultado	**146.364**	**45.315**
Ganhos e Perdas Atuarias sobre plano de aposentadoria e plano de assistência médica	221.764	68.660
Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	(75.400)	(23.345)
Itens que afetam o resultado	**(4.712)**	**(5.500)**
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.933)	(8.015)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	2.357	2.725
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	(207)	(318)
Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	71	108
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**1.293.190**	**1.217.446**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros						
	Capital Social	**Plano de Investimentos**	**Legal**	**Incentivos Fiscais**	**Dividendo Adicional Proposto**	**Lucros Acumulados**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Saldos em 01 de Janeiro de 2021	**3.996.137**	**2.732.201**	**49.757**	**11.539**	**60.083**	**-**	**93.446**	**6.943.163**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.177.631	-	1.177.631
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	8.015	(8.015)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.725)	2.725	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	318	(318)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(108)	108	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	68.660	68.660
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(23.345)	(23.345)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.183.131	39.815	1.222.946
Dividendos Adicionais de 2020	-	-	-	-	(60.083)	-	-	(60.083)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	58.881	-	-	(58.881)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	12	-	(12)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(325.863)	-	(325.863)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	63.880	(17.701)	-	46.179
Retenção de Lucros	-	780.674	-	-	-	(780.674)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**3.996.137**	**3.512.875**	**108.638**	**11.551**	**63.880**	**-**	**133.261**	**7.826.342**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.151.538	-	1.151.538
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	6.933	(6.933)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.357)	2.357	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	207	(207)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(71)	71	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	221.764	221.764
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(75.400)	(75.400)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.156.250	141.652	1.297.902
Dividendos Adicionais de 2021	-	-	-	-	(63.880)	-	-	(63.880)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	57.574	-	-	(57.574)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	55	-	(55)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(432.623)	-	(432.623)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	159.146		-	159.146
Retenção de Lucros	-	665.998	-	-	-	(665.998)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**3.996.137**	**4.178.873**	**166.212**	**11.606**	**159.146**	**-**	**274.913**	**8.786.887**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	**1.151.538**	**1.177.631**
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	433.420	394.466
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	16.378	18.055
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	2.464	656
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(14.456)	(17.495)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	192.257	103.830
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(82.812)	(46.312)
Provisões	73.375	70.948
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	72.703	57.425
Juros sobre Financiamentos	358.225	240.071
Variações Monetárias sobre Financiamentos	99.905	95.551
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	66.837	56.026
Variações Cambiais, líquidas	(1.093)	(165)
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	3.387	595
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.300	2.958
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	5.442	4.272
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	41	225
	1.229.373	**981.106**
Variação nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(381.141)	(327.256)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(26.914)	(4.610)
Estoques	(19.263)	(3.823)
Depósitos Judiciais	(98.701)	(88.118)
Outras Contas a Receber	2.461	8.914
Empreiteiros e Fornecedores	25.896	58.406
Impostos e Contribuições	443.238	434.385
Salários e Encargos a Pagar	31.525	(54.479)
Cauções e Retenções Contratuais	7	(97)
Receitas a Apropriar	14.133	(4.200)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(469.301)	(457.455)
Outras Contas a Pagar	88.403	(18.868)
	(389.657)	**(457.201)**
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**1.991.254**	**1.701.536**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.744.142)	(1.320.162)
Aplicação em Investimentos	(5.180)	(950)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.749.322)**	**(1.321.112)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	1.073.339	799.220
Amortizações de Financiamentos	(328.486)	(469.674)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(326.645)	(230.741)
Pagamentos de Arrendamentos	(87.578)	(78.591)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(12.848)	(12.516)
Depósitos Vinculados	(25.562)	(11.743)
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(309.347)	(267.575)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(17.127)**	**(271.620)**
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**224.805**	**108.804**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.127	874.323
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	**1.207.932**	**983.127**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	6.110.008	5.593.903
Outros Resultados	(102.055)	(25.399)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(192.257)	(103.830)
	5.815.696	**5.464.674**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(200.851)	(142.078)
Materiais Consumidos	(99.258)	(84.345)
Energia Elétrica	(532.543)	(568.995)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(645.589)	(468.678)
Serviços de Terceiros Contratados	(285.161)	(265.883)
Outras Despesas Operacionais	(28.771)	(97.583)
	(1.792.173)	**(1.627.562)**
Valor Adicionado Bruto	**4.023.523**	**3.837.112**
Depreciações e Amortizações	(433.420)	(394.466)
Valor Adicionado Líquido	**3.590.103**	**3.442.646**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.300)	(2.958)
Receitas Financeiras	264.891	105.281
Valor Adicionado Total a Distribuir	**3.851.694**	**3.544.969**
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e Administradores		
Salários e Encargos Sociais	943.928	790.789
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governança	9.871	9.850
Programa de Participação nos Resultados	88.093	80.197
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	123.868	112.726
	1.165.760	**993.562**
Governos		
Tributos Federais	1.016.045	984.073
Tributos Estaduais	418	329
Tributos Municipais	4.248	3.072
	1.020.711	**987.474**
Financiadores		
Aluguéis	5.796	5.839
Juros e Variações Monetárias	507.889	380.463
	513.685	**386.302**
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	**432.623**	**325.863**
Dividendos	**-**	**17.701**
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	**718.915**	**834.067**
Total	**3.851.694**	**3.544.969**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. A situação atual das 346 concessões municipais operadas está demonstrada a seguir:

Contratos Concessão/Programa[1]	Quantidade de Contratos[1]	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro [1 2]	% da Receita Total[1]	% do EBITDA[1]
Vencidos	20	646.095	4,8	4,2
Vencimento em 2023	17	103.335	0,7	0,7
Vencimento entre 2024 e 2033	53	2.388.518	19,5	16,8
Vencimento após 2033[3]	256	8.905.697	75,0	78,3
Totais	**346**	**12.043.645**	**100,0**	**100,0**

[1] Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;
[2] Valor Contábil;
[3] Inclui o município de Maringá, cujo termo aditivo que prorrogou a concessão até 2040, está em discussão judicial.

Quando do vencimento das concessões, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o Município de Maringá. O último movimento processual desse caso se refere à distribuição no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise de Agravo Interno interposto em 19/09/2022. Também no STF, nas datas de 20/04/2022, 23/05/2022 e 05/08/2022 foram realizadas audiências de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, na qual a Sanepar apresentou proposta ao Município, todavia, estas restaram infrutíferas. Em 07/02/2023, a Companhia e o Município de Maringá requereram a suspensão da Ação Civil Pública em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo prazo de 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação. Conforme determinação judicial, o contrato não se extingue até que o Município efetue o pagamento da indenização devida à Companhia.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2023.

2.2. Mudança de prática contábil

Até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como “Despesas Comerciais”. Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com "Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental" como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do exercício. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com "Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental" apresentados nas Demonstrações dos Resultados de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 2020	Ajuste	Reclassificado 2020
Custos dos Serviços Prestados	(1.921.161)	(65.927)	(1.987.088)
Despesas Comerciais	(437.859)	65.927	(371.932)
Impacto no Resultado do Exercício	-	-	-

Descrição	Divulgado 2021	Ajuste	Reclassificado 2021
Custos dos Serviços Prestados	(2.050.737)	(69.271)	(2.120.008)
Despesas Comerciais	(425.811)	69.271	(356.540)
Impacto no Resultado do Exercício	-	-	-

2.3. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme Nota Explicativa 30. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Demonstrações Contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o marco legal de saneamento básico e adequou outras normas para contemplar as atualizações propostas no novo texto legal, ampliou a concorrência no setor e impôs metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência, sendo que em caso de descumprimento do prazo acima, os contratos poderão ser considerados irregulares.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.154/2023, de 01 de janeiro de 2023, em vigor nesta data, foi prevista em seu artigo 60 a alteração do artigo 3º da Lei 9.984/2000, com a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, que passou a ser vinculada ao Ministério do Meio Ambiente

e Mudança do Clima, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O art. 20 da citada Medida Provisória fixou como áreas de competência do Ministério das Cidades, dentre outras, a execução de atividades na área de saneamento. Em conjunto, o art. 1º do Anexo I e o art. 22, XVII, ambos do Decreto nº 11.333/2023, de 01 de janeiro de 2023, em vigor nesta data, estabeleceram que cabe à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, pertencente à estrutura organizacional do Ministério das Cidades, instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico e acompanhar o seu processo de implementação, dentre outras atribuições.

A Lei veda a formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviço público de saneamento básico.

Prevê que os Estados estabeleçam estruturas de prestação regional atendendo os critérios do Estatuto da Metrópole.

Em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

Em 09 de julho de 2021 o Estado do Paraná, pela Lei Complementar Estadual nº 237, instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança, contemplando todos os 399 municípios paranaenses, dos quais a Companhia opera em 345 municípios.

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões.

Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, atribuído pela Lei Federal nº 14.026/2020.

A Companhia em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021 protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 no dia 29 de dezembro de 2021 na Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2021 na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 07 de março de 2022 o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 07/2022 deliberou por: i) referendar a aprovação da Sanepar na primeira etapa da avaliação da sua capacidade-econômica financeira; ii) atestar em segunda etapa, com ressalvas, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender, em 296 municípios, incluindo Porto União/SC; e iii) não atestar, em segunda etapa, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender em 35 municípios, justificada pela falta de tempo contratual hábil para as atividades de engenharia. Diante disso, a Companhia protocolou em 21 de março de 2022 no âmbito da AGEPAR Recurso Administrativo quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar no sentido de: i) retirar as ressalvas na comprovação dos municípios atestados pela AGEPAR; e ii) incluir, mediante documentação complementar, a comprovação para os municípios não atestados preliminarmente.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 10/2022 deliberou no sentido de: i) afastar as ressalvas quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção do atestado de capacidade econômico-financeira; ii) reafirmar a inclusão da AGEPAR como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos; e iii) reconhecer como erro formal e retificar o voto original, passando a constar 21 municípios e, assim, emitir atestado de capacidade econômico-financeira para o atendimento de 310 municípios.

Em 29 de março de 2022, a Companhia protocolou na AGEPAR um pedido de reconsideração, acerca da decisão do Conselho Diretor.

Em 31 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 12/2022, deliberou pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia quanto à decisão da Agência em não atestar a comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram 0,41% da Receita Operacional Líquida da Companhia no exercício social de 2022, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, conforme manifestação da AGEPAR.

Em dezembro de 2022, as microrregiões publicaram o Plano Regional de Saneamento Básico, conforme estabelecido no art. 17 da Lei nº 11.445/2007.

2.4. Base de Mensuração e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na Nota Explicativa de práticas contábeis.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) **Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4

b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5

c) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6

d) **Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6

e) **Ativos Financeiros Contratuais –** Nota Explicativa 10

f) **Ativo de Contrato –** Nota Explicativa 11

g) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 11

h) **Investimentos** – Nota Explicativa 12

i) **Imobilizado e Intangível** – Nota Explicativa 13

j) **Arrendamentos:** Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.

k) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)** – Nota Explicativa 13

l) **Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos** – Nota Explicativa 14

m) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16

n) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18

o) **Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica** – Nota Explicativa 19

p) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20

q) **Remuneração aos Acionistas** – Nota Explicativa 22.f

r) **Receitas** – Nota Explicativa 23

s) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

t) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

u) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei nº 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei nº 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei nº 11.445/07 – Marco Regulatório, celebrados até a edição da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Lei nº 14.026, de 2020, vedou a formalização de Contrato de Programa com Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública, sem prévio procedimento licitatório. A Companhia não celebrou novos contratos após a edição da Lei nº 14.026.

v) Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método indireto) e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

w) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas demonstrações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas de fechamento do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor e representa a melhor estimativa.

Provisão para perdas esperadas na realização de créditos

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Plano de aposentadoria e plano de assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants": Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, na média os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 31 de dezembro de 2022 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia do coronavírus. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros*:* risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R$26.423 e R$52.846 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	42.412	(42.412)	84.824	(84.824)
Ativos		**42.412**	**(42.412)**	**84.824**	**(84.824)**
Caixa Econômica Federal	TR	(4.676)	4.676	(9.352)	9.352
BNDES	TJLP	(69)	69	(138)	138
BNDES-PAC2	TJLP	(4.909)	4.909	(9.818)	9.818
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(763)	763	(1.526)	1.526
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(1.070)	1.070	(2.140)	2.140
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(906)	906	(1.812)	1.812
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(2.062)	2.062	(4.124)	4.124
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.162)	1.162	(2.324)	2.324
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(2.547)	2.547	(5.094)	5.094
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(5.181)	5.181	(10.362)	10.362
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(11.511)	11.511	(23.022)	23.022
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(5.816)	5.816	(11.632)	11.632
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(4.131)	4.131	(8.262)	8.262
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(5.830)	5.830	(11.660)	11.660
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(5.966)	5.966	(11.932)	11.932
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.635)	3.635	(7.270)	7.270
Arrendamento Litoral	IPC-FIPE	(7.717)	7.717	(15.434)	15.434
Arrendamento Direito de Uso	DI	(884)	884	(1.768)	1.768
Passivos		**(68.835)**	**68.835**	**(137.670)**	**137.670**
Efeitos no Lucro antes da tributação		**(26.423)**	**26.423**	**(52.846)**	**52.846**

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022 foram, TR de 1,63% e a TJLP de 6,78% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 5,79% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 12,39% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 7,32% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é aumento de 0,437% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para março de 2023, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/12/2022.

Considerando o valor nocional de €2.882 mil (R$16.053 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R$5,5694 para 30 de dezembro de 2022 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U$1,0674 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R$5,2177, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 0,437%)	(70)	(4.013)	4.013	(8.026)	8.026

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de "*hedge accounting"* para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Banco Bradesco	01/06/2022	27/06/2023	598	3.331	3.059	272
2	Banco Itaú	28/11/2022	27/06/2023	1.783	9.930	9.903	27
3	Banco Itaú	28/11/2022	26/12/2023	501	2.792	2.784	8
TOTAL				**2.882**	**16.053**	**15.746**	**307**

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2022	2021
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	5.083.244	4.120.565
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.207.932)	(983.127)
Dívida Líquida *	3.875.312	3.137.438
Patrimônio Líquido	8.786.887	7.826.342
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,44	0,40

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	2022	2021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.169.170	942.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.053	12.716
Depósitos Vinculados	98.919	73.357
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	38.762	40.823
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.211.913	1.023.029
Ativos Financeiros Contratuais	676.465	603.014
Outras Contas a Receber	62.851	64.878
Totais	**3.274.133**	**2.760.121**
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.746	11.606
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	5.083.244	4.120.565
Fornecedores	298.122	272.226
Outras Contas a Pagar	180.024	88.606
Totais	**5.577.136**	**4.493.003**

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Depósitos Bancários Livres	5.803	3.842
Depósitos Bancários Vinculados	32.959	36.981
	38.762	40.823
Aplicações Financeiras	1.169.170	942.304
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.207.932**	**983.127**

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelo CDB junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 99,65% do CDI (97,24% em 2021). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a captação, em janeiro de 2022, da 12ª emissão de debêntures no montante de R$600.000.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano, e trazidos a valor presente pelas mesmas taxas de atualização.

Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos.

Para os valores de contas a vencer é constituída a provisão para perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos. Para os valores vencidos de

contas a receber de clientes é constituída a provisão considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, e com base nos valores vencidos segregados pelas categorias de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de pagamento.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2022	2021
Contas a Receber Vincendas	334.328	319.892
Contas a Receber de Parcelamentos	248.679	129.639
Ajuste a Valor Presente	(32.060)	(17.211)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	256.713	241.906
	807.660	674.226
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	175.395	164.796
De 31 a 60 dias	82.055	71.331
De 61 a 90 dias	54.852	46.293
De 91 a 180 dias	116.384	90.306
Mais de 180 dias	557.711	366.825
Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos	(582.144)	(390.748)
	404.253	348.803
Totais de Contas a Receber, líquidas	**1.211.913**	**1.023.029**
Circulante	**1.086.163**	**971.478**
Não Circulante	**125.750**	**51.551**

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2022	2021
Prefeituras Municipais	110.402	(52.314)	(27.837)	30.251	34.757
Particulares	1.702.819	(529.830)	(4.223)	1.168.766	976.308
Setor Federal	1.396	-	-	1.396	1.274
Setor Estadual	11.500	-	-	11.500	10.690
Saldos no Final do Exercício	**1.826.117**	**(582.144)**	**(32.060)**	**1.211.913**	**1.023.029**

b) A movimentação da provisão para perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldos no Início do Exercício	(390.748)	(286.954)
Valores Registrados como Despesa	(192.257)	(103.830)
Baixas, Líquidas das Recuperações	861	36
Saldos no Final do Exercício	**(582.144)**	**(390.748)**

Crescimento do saldo de provisão para perdas esperadas na realização de créditos é decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias.

c) O saldo de provisão para perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Clientes Particulares	(529.830)	(333.411)
Prefeituras Municipais	(52.314)	(57.337)
Totais	**(582.144)**	**(390.748)**

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldos no Início do Exercício	(17.211)	(8.860)
Ajuste a Valor Presente	(14.849)	(8.351)
Saldos no Final do Exercício	**(32.060)**	**(17.211)**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Imposto de Renda a compensar	31.399	11.411
Contribuição Social a compensar	6.935	9
Totais	**38.334**	**11.420**
Circulante	**38.334**	**11.420**

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.198	4.438
Reservas mantidas na CAIXA (1)	75.214	58.982
Outros Convênios (2)	20.507	9.937
Totais	**98.919**	**73.357**
Circulante	**23.705**	**14.375**
Não Circulante	**75.214**	**58.982**

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos a Empregados	15.501	13.439
Pagamentos Reembolsáveis	965	3.436
Depósitos Dados em Garantia	1.768	1.760
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	43.254	45.130
Despesas Antecipadas	302	254
Títulos e Outros Créditos	1.061	859
Totais	**62.851**	**64.878**
Circulante	**20.699**	**20.851**
Não Circulante	**42.152**	**44.027**

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2021	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	2022
Investimento Não Amortizado	1.609.292	154.226	-	-	1.763.518
Ajuste a Valor Presente	(1.006.278)	(95.231)	24.310	(9.854)	(1.087.053)
Totais	**603.014**	**(a) 58.995**	**24.310**	**(9.854)**	**676.465**

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,18% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO

Prática Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2021	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	2022
Projetos e Obras em Andamento	1.736.808	1.566.231	41.731	864	(731.357)	-	2.614.277
Estoques para Obras	132.935	77.906	-	-	-	(78.669)	132.172
Totais	**1.869.743**	**1.644.137**	**41.731**	**864**	**(731.357)**	**(78.669)**	**2.746.449**

Durante o exercício de 2022 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R$1.644.137 (R$1.157.149 em 2021), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Laranjeiras do Sul e Guarapuava; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Londrina, Ivaiporã, União da Vitória e Arapongas. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Paranavaí, Cascavel e Araucária.

Durante o exercício de 2022 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R$41.731 (R$24.202 em 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 9,0%.

12. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos dos investimentos controlados em conjunto, sempre quando há algum indicador de que o investimento pode não ser recuperável.
A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	2022	2021
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	16.655	14.774
Impairment Test	(16.655)	(14.774)
Outros Investimentos	1.988	2.030
Totais	**1.988**	**2.030**

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R$36.104 registrado em seu Capital Social e R$5.181 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2022	2021
Ativo Circulante	4.500	2.573
Ativo Não Circulante	53.906	53.278
• Imobilizado	43.928	51.158
• Outros	9.978	2.120
Ativo Total	**58.406**	**55.851**
Passivo Circulante	8.538	5.953
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos [1]	4.446	3.353
• Outros	4.092	2.600
Passivo Não Circulante	8.232	12.962
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos [1]	6.870	9.313
• Outros	1.362	3.649
Patrimônio Líquido	41.636	36.936
Passivo Total	**58.406**	**55.851**

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2022	2021
Receita Bruta	16.741	14.014
(-) Custos dos Serviços	(19.287)	(16.090)
Resultado Bruto	(2.546)	(2.076)
(-) Despesas Operacionais	(4.093)	(3.041)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(6.639)	(5.117)
(-) Resultado Financeiro	(1.611)	(2.278)
Resultado Antes dos Tributos	(8.250)	(7.395)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Exercício	**(8.250)**	**(7.395)**

[1] A Companhia possui obrigação como fiadora, na proporção de 40%, da cédula de crédito bancário no valor de R$4.184 emitida pelo Banco Santander contra a CS Bioenergia S.A., com prazo de amortização de 60 meses, contados a partir de 17 de dezembro de 2020.

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldo no início do exercício	-	-
Aportes Financeiros	5.181	1.046
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(3.300)	(2.958)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*) - (Constituição) /Reversão	(1.881)	1.912
Saldo no final do exercício	**-**	**-**

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2022 o teste de recuperabilidade (*"impairment test")* deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R$320, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2022 equivalem a R$1.988.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamentos: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2022	2021
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	378.234	(160.778)	217.456	224.376
Outras Imobilizações	4.184	(2.139)	2.045	1.351
Direito de Uso em Arrendamento	243.198	(92.175)	151.023	86.952
Totais	**625.616**	**(255.092)**	**370.524**	**312.679**

Por Natureza				2022	2021
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.922	-	2.922	2.922
Construções Civis	*1,84%	118.359	(23.639)	94.720	94.637
Benfeitorias	*2%	2.746	(884)	1.862	1.784
Instalações	*5,83%	9.815	(4.167)	5.648	6.196
Equipamentos	*6,23%	100.279	(40.626)	59.653	58.989
Móveis e Utensílios	*7,14%	52.890	(25.068)	27.822	28.962
Equipamentos de Informática	*19,82%	39.881	(27.085)	12.796	15.656
Veículos	*13,05%	28.300	(19.535)	8.765	11.073
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.355	(21.225)	3.130	4.050
Ferramentas	*6,67%	1.616	(688)	928	966
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.255	-	1.255	492
Direito de Uso em Arrendamento	*29,96%	243.198	(92.175)	151.023	86.952
Totais		**625.616**	**(255.092)**	**370.524**	**312.679**

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2022	2021
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	5.965.276	(2.010.628)	3.954.648	3.822.569
Sistemas de Esgoto	6.264.914	(1.654.664)	4.610.250	4.355.429
Resíduos Sólidos	4.897	(4.897)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.114	(77.457)	47.657	49.531
Outros Ativos Intangíveis	262.568	(97.955)	164.613	129.152
Direito de Uso em Arrendamento	199.856	(22.367)	177.489	182.180
Totais	**12.822.625**	**(3.867.968)**	**8.954.657**	**8.538.861**

Por Natureza				2022	2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	279.477	-	279.477	222.277
Poços	*3,10%	173.999	(43.579)	130.420	125.670
Barragens	*2,67%	148.524	(66.742)	81.782	84.074
Construções Civis	*2,59%	2.907.957	(734.100)	2.173.857	2.036.999
Benfeitorias	*2,67%	48.476	(6.616)	41.860	32.411
Tubulações	*2,64%	6.290.050	(1.787.788)	4.502.262	4.382.330
Ligações Prediais	*3,33%	954.305	(316.080)	638.225	608.294
Instalações	*5,83%	233.706	(102.499)	131.207	127.169
Hidrômetros	*10%	294.360	(117.830)	176.530	161.625
Macromedidores	*10%	7.444	(5.334)	2.110	2.307
Equipamentos	*6,23%	855.512	(373.851)	481.661	447.172
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.595	(4.340)	3.255	2.756
Equipamento de Informática	*19,82%	93.105	(85.844)	7.261	6.390
Programas de Informática	*20%	111.648	(57.300)	54.348	40.175
Veículos	*13,05%	23.173	(15.324)	7.849	6.275
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	26.169	(23.989)	2.180	3.495
Ferramentas	*6,67%	365	(252)	113	75
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.521	(461)	4.060	4.337
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	35.036	(26.214)	8.822	9.225
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(77.344)	47.656	49.531
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	114	(114)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.233	-	2.233	4.094
Direito de Uso em Arrendamento	*16,78%	199.856	(22.367)	177.489	182.180
Totais		**12.822.625**	**(3.867.968)**	**8.954.657**	**8.538.861**

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				2022	2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Civis	1,67%	37.434	(3.451)	33.983	34.609
Tubulações	2,00%	147.315	(15.026)	132.289	135.235
Ligações Prediais	3,33%	8.227	(1.430)	6.797	7.070
Instalações	6,67%	309	(114)	195	216
Equipamentos	6,00%	6.013	(2.011)	4.002	4.364
Arrendamento - Litoral		**199.298**	**(22.032)**	**177.266**	**181.494**
Veículos	21,01%	137.230	(49.630)	87.600	24.779
Construções Civis	20,65%	43.510	(10.519)	32.991	34.323
Equipamentos	19,26%	1.017	(253)	764	127
Equipamentos de Informática	22,48%	61.999	(32.108)	29.891	28.409
Arrendamento - Direito de Uso		**243.756**	**(92.510)**	**151.246**	**87.638**
Totais		**443.054**	**(114.542)**	**328.512**	**269.132**
Imobilizado		**243.198**	**(92.175)**	**151.023**	**86.952**
Intangível		**199.856**	**(22.367)**	**177.489**	**182.180**

A Companhia registrou no resultado o montante de R$5.796 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	2021	Entradas	Amortizações	2022
Arrendamento - Litoral	181.494	-	(4.228)	177.266
Veículos	24.779	91.660	(28.839)	87.600
Construções Civis	34.323	7.668	(9.000)	32.991
Equipamentos	127	833	(196)	764
Equipamentos de Informática	28.409	15.420	(13.938)	29.891
Saldo	**269.132**	**115.581**	**(56.201)**	**328.512**

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2022:

Descrição	2021	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2022
Imobilizado							
Terrenos	2.922	-	-	-	-	-	2.922
Construções Civis	94.637	346	(2.353)	-	1.936	154	94.720
Benfeitorias	1.784	85	(52)	-	45	-	1.862
Instalações	6.196	-	(548)	-	-	-	5.648
Equipamentos	58.989	6.927	(5.518)	(216)	-	(529)	59.653
Móveis e Utensílios	28.962	3.520	(3.204)	(1.321)	-	(135)	27.822
Equipamentos de Informática	15.656	1.558	(4.040)	(378)	-	-	12.796
Veículos	11.073	-	(2.308)	-	-	-	8.765
Máquinas, Tratores e Similares	4.050	393	(1.313)	-	-	-	3.130
Ferramentas	966	54	(92)	-	-	-	928
Bens Patrimoniais a Incorporar	492	763	-	-	-	-	1.255
Direito de Uso em Arrendamento	86.952	115.618	(51.742)	-	-	195	151.023
Totais Imobilizado	**312.679**	**129.264**	**(71.170)**	**(1.915)**	**1.981**	**(315)**	**370.524**
Intangível							
Terrenos	222.277	7.434	-	-	49.766	-	279.477
Poços	125.670	47	(2.094)	(2.383)	9.184	(4)	130.420
Barragens	84.074	104	(3.239)	-	1.130	(287)	81.782
Construções Civis	2.036.999	1.950	(70.956)	(1.094)	232.251	(25.293)	2.173.857
Benfeitorias	32.411	304	(1.187)	-	11.461	(1.129)	41.860
Tubulações	4.382.330	33.253	(153.639)	(541)	270.710	(29.851)	4.502.262
Ligações Prediais	608.294	273	(29.453)	(525)	62.231	(2.595)	638.225
Instalações	127.169	676	(13.559)	(1.051)	17.972	-	131.207
Hidrômetros	161.625	-	(26.284)	(3.602)	44.791	-	176.530
Macromedidores	2.307	11	(395)	-	187	-	2.110
Equipamentos	447.172	49.498	(34.618)	(6.459)	25.545	523	481.661
Móveis e Utensílios	2.756	488	(324)	(107)	301	141	3.255
Equipamentos de Informática	6.390	11	(1.253)	(51)	2.163	1	7.261
Programas de Informática	40.175	28.188	(13.918)	(97)	-	-	54.348
Veículos	6.275	2.860	(1.286)	-	-	-	7.849
Máquinas, Tratores e Similares	3.495	11	(1.326)	-	-	-	2.180
Ferramentas	75	50	(12)	-	-	-	113
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.337	-	(277)	-	-	-	4.060
Proteção e Preservação Ambiental	9.225	-	(2.096)	-	1.684	9	8.822
Concessão do Município de Curitiba	49.531	-	(1.875)	-	-	-	47.656
Bens Patrimoniais a Incorporar	4.094	(1.861)	-	-	-	-	2.233
Direito de Uso em Arrendamento	182.180	(37)	(4.459)	-	-	(195)	177.489
Total Intangível	**8.538.861**	**123.260**	**(362.250)**	**(15.910)**	**729.376**	**(58.680)**	**8.954.657**
Total Geral	**8.851.540**	**252.524**	**(433.420)**	**(17.825)**	**(a) 731.357**	**(b) (58.595)**	**9.325.181**

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2022, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água, Água Industrial e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;

- Taxa de desconto pré-imposto (11,47%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) nos seus itens 55 e 56;

- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX e CAPEX de manutenção, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe fato concreto que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R$10.482 não são recuperáveis, portanto foi registrado um complemento de provisão no valor de R$1.446. Em 31 de dezembro de 2022 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R$12.503 e R$6.514, respectivamente.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

			2022			2021		
Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	-	-	**-**	66.632	-	**66.632**
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	155.563	-	**155.563**	401	154.967	**155.368**
BNDES	TJLP + 1,82%	-	645	-	**645**	7.687	638	**8.325**
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	2.097	190	**2.287**	3.379	2.283	**5.662**
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.383	9.232	**21.615**	12.323	21.384	**33.707**
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	24.196	22.992	**47.188**	23.479	43.539	**67.018**
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.510	12.310	**28.820**	16.431	28.511	**44.942**
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	1.476	199.137	**200.613**	999	199.106	**200.105**
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.067	1.445	**4.512**	3.559	4.502	**8.061**
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	18.571	296.519	**315.090**	-	-	**-**
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	1.137	150.810	**151.947**	772	150.793	**151.565**
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	4.899	128.590	**133.489**	2.698	127.939	**130.637**
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.406	86.143	**110.549**	24.267	109.371	**133.638**
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	16.301	57.507	**73.808**	15.486	69.643	**85.129**
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	4.276	417.946	**422.222**	4.053	394.250	**398.303**
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.237	234.893	**237.130**	2.121	221.616	**223.737**
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	62.214	232.093	**294.307**	51.263	239.099	**290.362**
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	13.899	303.313	**317.212**	11.652	284.360	**296.012**
Arrendamento Direito Uso	8,70%	-	81.667	100.972	**182.639**	59.274	49.725	**108.999**
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	1.965	182.057	**184.022**	1.870	171.852	**173.722**
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	7.837	309.978	**317.815**	-	-	**-**
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.854	39.611	**42.465**	2.988	42.267	**45.255**
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	4.648	64.714	**69.362**	4.869	69.052	**73.921**
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.477	20.953	**22.430**	1.402	21.164	**22.566**
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.379	33.851	**36.230**	2.259	34.192	**36.451**
BNDES - AVANÇAR	3,58% a 4,00%	IPCA	1.360	77.418	**78.778**	175	27.864	**28.039**
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	92.235	1.524.919	**1.617.154**	75.698	1.244.768	**1.320.466**
Total em Reais			**560.299**	**4.507.593**	**5.067.892**	**395.737**	**3.712.885**	**4.108.622**
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	15.352	-	**15.352**	11.943	-	**11.943**
Total em Moeda Estrangeira			**15.352**	**-**	**15.352**	**11.943**	**-**	**11.943**
Saldo no Final do Exercício			**575.651**	**4.507.593**	**5.083.244**	**407.680**	**3.712.885**	**4.120.565**
Empréstimos e Financiamentos			176.970	1.836.065	2.013.035	220.336	1.519.154	1.739.490
Debêntures			303.115	2.267.243	2.570.358	116.418	1.859.646	1.976.064
Arrendamentos			95.566	404.285	499.851	70.926	334.085	405.011

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar o programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, tendo sido a primeira parcela amortizada em dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial, assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 31 de dezembro de 2022 houve liberação de €2.882 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 105,32% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 13,05% para uma taxa de 12,39 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12%, em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,77% e em 31 de dezembro de 2022 foi de 8,70%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de "*leaseback*" de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2021	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	2022
Arrendamento - Litoral	296.012	-	30.869	32.100	(41.769)	317.212
Arrendamento - Direito de Uso	108.999	115.581	-	3.868	(45.809)	182.639
Totais	**405.011**	**115.581**	**30.869**	**35.968**	**(87.578)**	**499.851**
Circulante	**70.926**					**95.566**
Não Circulante	**334.085**					**404.285**

Em 31 de dezembro de 2022 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			2022	2021
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	44.187	(30.288)	13.899	11.652
Mais de um ano e menos de cinco anos	178.616	(118.978)	59.638	49.150
Acima de cinco anos	374.664	(130.989)	243.675	235.210
Subtotal	**597.467**	**(280.255)**	**317.212**	**296.012**
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	92.857	(11.189)	81.668	59.274
Mais de um ano e menos de cinco anos	111.141	(10.170)	100.971	49.725
Subtotal	**203.998**	**(21.359)**	**182.639**	**108.999**
Totais	**801.465**	**(301.614)**	**499.851**	**405.011**

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022
Arrendamento - Litoral	397.809
Veículos	97.356
Bens Móveis	31.654
Bens Imóveis	43.857
Total	**570.676**

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando o juro incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	45.644	47.764	49.490	51.180	52.915	54.708	460.399	**762.100**
Veículos	41.689	38.730	32.336	-	-	-	-	**112.755**
Bens Móveis	16.748	7.409	6.757	2.663	47	-	-	**33.624**
Bens Imóveis	9.489	9.881	10.255	11.432	12.786	-	-	**53.843**
Total	**113.570**	**103.784**	**98.838**	**65.275**	**65.748**	**54.708**	**460.399**	**962.322**

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2022	2021
TR	1.617.154	1.320.466
TJLP	455.936	510.974
IPCA	1.531.450	1.154.141
DI	956.702	704.307
IPC-FIPE	317.212	296.012
EURO	15.352	11.943
Sem Correção Monetária	189.438	122.722
Totais	**5.083.244**	**4.120.565**

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2017 a 2022	2023 a 2027	229.127	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	2022	2027	300.000	300.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	2022	2032	300.000	300.000	2032	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR - 2 Contratos	2020 a 2021	2041	566.434	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 284 Contratos	2007 a 2022	2046	3.132.746	-	Mensal	Mensal

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Debêntures 2ª Emissão	53.089	44.534	-	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	40.707	40.092	40.092	40.092	23.374	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	11.358	10.668	10.668	10.668	10.668	10.668	10.668	10.668
Debêntures 8ª Emissão	155.563	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	2.613	199.137	-	150.810	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	4.276	-	-	-	417.946	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	9.101	-	64.295	64.295	-	-	234.893	-
Debêntures 12ª Emissão	26.408	-	-	148.260	148.260	-	-	-
Subtotais Debêntures	**303.115**	**294.431**	**115.055**	**414.125**	**600.248**	**10.668**	**245.561**	**10.668**
BNDES	645	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - PAC2	62.214	61.287	61.287	50.854	29.770	25.168	3.727	-
BNDES - AVANÇAR	1.360	3.503	4.604	4.596	4.596	4.596	4.596	4.596
Banco do Brasil - PSI	2.097	190	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	3.067	1.420	25	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	92.235	93.258	99.049	105.482	111.655	117.407	117.450	113.336
Banco KfW	15.352	-	-	-	-	-	-	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**176.970**	**159.658**	**164.965**	**160.932**	**146.021**	**147.171**	**125.773**	**117.932**
Arrendamento - Litoral	13.899	12.862	14.203	15.700	17.374	19.247	21.343	23.692
Arrendamento - Direito de Uso	81.667	49.008	38.683	10.140	3.141	-	-	-
Subtotais Arrendamentos	**95.566**	**61.870**	**52.886**	**25.840**	**20.515**	**19.247**	**21.343**	**23.692**
Totais	**575.651**	**515.959**	**332.906**	**600.897**	**766.784**	**177.086**	**392.677**	**152.292**

Descrição	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037 a 2046	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**97.623**
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**184.357**
Debêntures 7ª Emissão	10.668	10.668	10.668	10.668	10.668	10.668	20.445	**170.487**
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**155.563**
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**352.560**
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**422.222**
Debêntures 11ª Emissão	182.057	-	-	-	-	-	-	**554.641**
Debêntures 12ª Emissão	-	309.977	-	-	-	-	-	**632.905**
Subtotais Debêntures	**192.725**	**320.645**	**10.668**	**10.668**	**10.668**	**10.668**	**20.445**	**2.570.358**
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	**645**
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	**294.307**
BNDES - AVANÇAR	4.596	4.596	4.596	4.596	4.596	4.596	18.755	**78.778**
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	**2.287**
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	**4.512**
Caixa Econômica Federal	106.657	79.035	77.684	71.274	74.130	76.913	281.589	**1.617.154**
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	**15.352**
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**111.253**	**83.631**	**82.280**	**75.870**	**78.726**	**81.509**	**300.344**	**2.013.035**
Arrendamento - Litoral	26.326	29.280	32.596	36.322	37.435	16.933	-	**317.212**
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	**182.639**
Subtotais Arrendamentos	**26.326**	**29.280**	**32.596**	**36.322**	**37.435**	**16.933**	**-**	**499.851**
Totais	**330.304**	**433.556**	**125.544**	**122.860**	**126.829**	**109.110**	**320.789**	**5.083.244**

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	**407.680**	**3.712.885**	**521.505**	**3.126.083**
Liberações	17.576	1.055.763	-	799.220
Juros e Taxas sobre Financiamentos	358.225	-	240.071	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	99.905	-	95.551
Transferências	385.747	(385.747)	327.114	(327.114)
Amortizações	(742.709)	-	(779.006)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.324)	(6.082)	(1.082)	(7.162)
Variações Cambiais	(1.093)	-	-	(165)
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	35.968	30.869	29.554	26.472
Arrendamentos	115.581	-	69.524	-
Saldos no final do exercício	**575.651**	**4.507.593**	**407.680**	**3.712.885**

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2022 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(62.707)
Debêntures 4ª Emissão	-	(54.770)
Debêntures 7ª Emissão	-	(27.572)
Debêntures 8ª Emissão	-	(20.024)
Debêntures 9ª Emissão	-	(44.013)
Debêntures 10ª Emissão	-	(19.002)
Debêntures 11ª Emissão	-	(33.447)
Debêntures 12ª Emissão (1)	600.000	(23.531)
BNDES	-	(8.047)
BNDES - PAC2	56.427	(76.059)
BNDES - AVANÇAR2	49.728	(1.444)
Banco do Brasil - PSI	-	(3.534)
Banco Itaú - PSI	-	(3.864)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(69.123)
Caixa Econômica Federal	349.608	(194.640)
Banco KfW	17.576	(13.354)
Subtotal	**1.073.339**	**(655.131)**
Arrendamentos (2)	115.581	(87.578)
Totais	**1.188.920**	**(742.709)**

(1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos;

(2) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa).

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES, e das 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) *Covenants* dos contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado "Avançar", e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, Instrução Normativa 22 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
COFINS a Pagar	34.025	29.889
PASEP a Pagar	7.354	6.449
IPTU - Parcelamento	-	125
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	61.388	48.139
Totais dos Impostos e Contribuições	**102.767**	**84.602**
Circulante	**102.767**	**84.602**

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e CPC 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

A Companhia avalia se há evidências de incertezas de tributos sobre lucro, conforme requerido pela ICPC 22 e divulga quando aplicável.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2022		2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.545.547	1.545.547	1.603.566	1.603.566
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(386.387)	(139.099)	(400.891)	(144.321)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	108.156	38.936	81.466	29.328
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	13.912	-	12.073	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	551	-	609	-
Equivalência Patrimonial	(825)	(297)	(740)	(266)
Termo de Compromisso - IBAMA	(21.908)	(7.886)	-	-
Outros	671	167	(2.287)	(906)
Totais das Despesas	**(285.830)**	**(108.179)**	**(309.770)**	**(116.165)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(394.009)**		**(425.935)**	
Alíquota Efetiva	**25,5%**		**26,6%**	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Imposto de Renda	(347.056)	(344.180)
Contribuição Social	(129.765)	(128.067)
Realização do Imposto de Renda Diferido	61.226	34.410
Realização da Contribuição Social Diferida	21.586	11.902
Totais	**(394.009)**	**(425.935)**

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	2022				2021
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	1.087.053	271.763	97.835	369.598	342.135
Redução Valor Recuperável Ativos - Residuos Sólidos	18 anos	10.630	2.657	957	3.614	4.824
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.011.056	252.764	90.995	343.759	394.440
Arrendamento - Litoral (Ativo)	14 anos	317.212	79.303	28.549	107.852	100.644
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.041	375	1.416	-
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	689.000	172.250	62.010	234.260	209.312
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	182.640	45.660	16.438	62.098	37.060
AVP de Contas a Receber	5 anos	32.060	8.015	2.885	10.900	5.852
Redução Valor Recuperável Ativos - CS Bionergia	5 anos	16.655	4.164	1.499	5.663	5.023
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	532	133	48	181	167
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	50.968	12.742	4.587	17.329	18.835
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	24.670	6.168	2.220	8.388	7.012
Valor Realizável Líquido de Estoque	3 anos	260	65	23	88	89
Provisão para PPR	1 ano	88.093	22.023	7.928	29.951	27.267
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	155	39	14	53	46
Totais			**878.787**	**316.363**	**1.195.150**	**1.152.706**
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	988.368	247.092	88.953	336.045	317.532
Reserva de Reavaliação	26 anos	82.464	20.616	7.422	28.038	30.395
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	21 anos	105.308	26.327	-	26.327	27.594
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.605	2.901	1.045	3.946	3.927
Arrendamento - Litoral (Passivo)	14 anos	177.266	44.317	15.954	60.271	61.708
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	13 anos	6.547	1.636	589	2.225	2.296
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	151.247	37.812	13.612	51.424	29.792
Totais			**380.701**	**127.575**	**508.276**	**473.244**
Total Líquido			**498.086**	**188.788**	**686.874**	**679.462**

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2022, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2023	99.869	35.953	135.822	21.387	7.225	28.612
2024	77.808	28.011	105.819	21.387	7.225	28.612
2025	96.685	34.807	131.492	21.387	7.225	28.612
2026	77.775	27.999	105.774	21.387	7.225	28.612
2027	77.775	27.999	105.774	21.387	7.225	28.612
2028 a 2030	95.192	34.269	129.461	41.473	13.509	54.982
2031 a 2033	96.232	34.644	130.876	41.473	13.509	54.982
2034 a 2036	95.192	34.269	129.461	41.200	13.410	54.610
2037 a 2039	44.496	16.019	60.515	31.567	9.943	41.510
2040 a 2042	27.176	9.783	36.959	31.567	9.943	41.510
2043 a 2045	27.176	9.783	36.959	27.183	9.786	36.969
2046 a 2048	27.176	9.783	36.959	26.358	9.489	35.847
2049 a 2051	27.176	9.783	36.959	24.709	8.896	33.605
2052 a 2054	9.059	3.261	12.320	8.236	2.965	11.201
Totais	**878.787**	**316.363**	**1.195.150**	**380.701**	**127.575**	**508.276**

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2022 foi de R$3.667 (R$4.200 em 2021). O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$14.833 (R$700 em 31/12/2021), sendo R$3.560 (R$700 em 31/12/2021) registrados no passivo circulante e R$11.273 no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2021	Adições	Reversões	Pagamentos	2022
Ações Trabalhistas (i)	342.444	148.867	(5.510)	(86.132)	399.669
Ações Cíveis (ii)	221.188	48.204	(2.789)	(3.252)	263.351
Ações Ambientais (iii)	42.324	69.728	(96.644)	(2)	15.406
Ações Tributárias (iv)	7.654	2.920	-	-	10.574
Operação Ductos (v)	2.015	-	(2.015)	-	-
Totais	**615.625**	**269.719**	**(106.958)**	**(89.386)**	**689.000**

Principais eventos no exercício:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de R$42.713, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; R$33.741 referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de equiparações salariais; e R$67.993 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais e novas ações registradas no período. Em contrapartida houve redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R$91.642, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Ação Civil no montante de R$24.929, referente questionamento sobre a cobrança de tarifa residencial mínima de consumo, movida por 61 condomínios localizados nos municípios de Matinhos e Guaratuba.

Reversão de Provisão Ambiental no montante de R$ 32.863, líquido da provisão complementar constituída em novembro de 2022 no valor de R$ 54.768, referente 5 Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA no ano de 2012, convertidos em 2 Termos de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, no valor de R$ 87.631, registrado como Multas Ambientais em Outras Despesas Operacionais. Este valor será desembolsado ao longo de 120 meses na execução de Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado “Requalificação dos Complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno”.

Considerando os relatórios elaborados pelas comissões designadas pelas Resoluções nº 091/2022 e nº 116/2022 (Operação Ductos), aprovados pelo Conselho de Administração na 12ª Reunião Extraordinária, de 27 de junho de 2022, a Companhia reverteu a provisão de R$2.015 constituída no 4º trimestre de 2021.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2022	2021
Ações Trabalhistas (i)	98.239	75.798
Ações Cíveis (ii)	488.163	651.934
Ações Ambientais (iii)	134.732	343.023
Ações Tributárias (iv)	28.568	25.051
Totais	**749.702**	**1.095.806**

c) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de insalubridade; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) integração do vale-alimentação e vi) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Civis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Civis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 258 ETEs, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 184 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R$ 14,6 milhões. O referido valor foi divulgado a época como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão.

Em abril de 2021 o TRF4 julgou procedentes os dois recursos da SANEPAR. As decisões transitaram em julgado e o valor de perda foi baixado do passivo.

Após constatar a necessidade de promover ajustes de cronogramas de algumas estações de tratamento de esgoto e elaboração de novas cláusulas dos acordos firmados em 2018, a Companhia, juntamente com o IBAMA, solicitou ao Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba a repactuação dos acordos. Em novembro de 2021, a repactuação não foi homologada judicialmente, razão pela qual a Companhia recorreu. Em julho de 2022 o TRF4 suspendeu a decisão de primeiro grau e determinou a realização de audiência para esclarecimentos. Em audiência realizada em dezembro de 2022 o juízo de primeiro grau manteve a decisão de não homologação da repactuação. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de agravo de instrumento da SANEPAR pelo TRF4.

Em novembro de 2022 a SANEPAR firmou com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Conversão Ambiental de 05 (cinco) autos de infração lavrados no ano de 2012, com aplicação do desconto de 60% (sessenta por cento), resultando em 2 Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, no montante de R$87.631.

Os Termos de Compromisso visam a execução de projeto ambiental denominado *Requalificação dos Complexos de Cavas para Melhoria Ambiental do Rio Iguaçu e das Áreas Úmidas do Entorno.*

O projeto possui contexto essencialmente ambiental e tem por objetivo promover a recuperação ambiental das várzeas do Rio Iguaçu, requalificando os complexos de cavas originadas da extração mineral na Região Metropolitana de Curitiba por meio de Soluções baseadas na Natureza (SbN), em áreas com déficit de cobertura vegetal nativa em APPs e áreas relevantes para recarga de aquíferos, visando a melhoria da qualidade da água e possibilitando o estabelecimento de corredores de biodiversidade, a partir da região montante da Bacia do Alto Iguaçu até o município de Porto Amazonas-PR.

Os objetivos específicos do projeto são: Interligar estruturas de conservação de recursos naturais, com foco nas águas; Reabilitar as cavas de extração mineral para compor um sistema de melhoria da qualidade das águas do Rio Iguaçu, por meio de SbN, denominadas "wetlands de diluição"; Promover a regeneração vegetal das várzeas, formações florestais e matas ciliares do entorno do rio Iguaçu, formando corredores ecológicos com outras áreas protegidas; Ajudar a mitigar impactos de eventos hidrológicos críticos; Melhorar a biodiversidade local e Estabelecer um Sistema de Áreas Protegidas, visando promover a conservação de fauna e ressignificação urbana destas várzeas.

Dentre os benefícios que o projeto ambiental trará à população destaca-se a questão da ocupação irregular em áreas de risco, ordenamento ambiental mais adequado e a reabilitação e recuperação de áreas degradadas.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu, Maringá e Pinhais.

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

	Depósitos Judiciais	
Natureza	**2022**	**2021**
Ações Trabalhistas (i)	363.510	286.653
Ações Cíveis (ii)	111.707	97.877
Ações Ambientais	7.488	5.448
Ações Tributárias	24.589	18.615
Totais	**507.294**	**408.593**

(i) No exercício de 2022 foram registrados 113 novos depósitos judiciais e atualização das ações trabalhistas movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, referentes a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração no montante de R$50.880;

(ii) Durante o exercício de 2022 foram registrados 997 novos depósitos judiciais, principalmente referentes a danos materiais e cobrança indevida de tarifas.

e) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R$37.913 (R$33.626 em 2021) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 62,8% pela patrocinadora e 37,2% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R$85.955 (R$79.100 em 2021).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a empresa Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários LTDA., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2022	2021
Valor presente da obrigação no início do ano	1.518.914	677.228	2.196.142	2.203.926
Custo de juros sobre a obrigação	152.998	69.473	222.471	156.407
Custo do serviço corrente, líquido	(1.563)	3.484	1.921	7.625
Contribuições de Participantes	10.000	-	10.000	9.913
Benefícios pagos no exercício	(108.084)	(37.288)	(145.372)	(124.061)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(264.331)	19.438	(244.893)	(57.669)
Obrigação total no exercício	**1.307.934**	**732.335**	**2.040.269**	**2.196.141**
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(1.036.025)	-	(1.036.025)	(1.032.574)
Juros sobre os ativos do plano	(103.269)	-	(103.269)	(71.915)
Contribuição dos participantes	(10.000)	-	(10.000)	(9.913)
Contribuição da patrocinadora	(11.132)	-	(11.132)	(9.435)
Benefícios pagos no exercício	108.084	-	108.084	98.803
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	23.129	-	23.129	(10.991)
Valor justo dos ativos no exercício	**(1.029.213)**	**-**	**(1.029.213)**	**(1.036.025)**
Passivo reconhecido no final do exercício	**278.721**	**732.335**	**1.011.056**	**1.160.116**
Circulante	**18.582**	**48.822**	**67.404**	**77.341**
Não Circulante	**260.139**	**683.513**	**943.652**	**1.082.775**

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2022	2021
Taxa Nominal de Desconto para Saúde	10,16% ao ano	10,49% ao ano
Taxa Real de Desconto para Saúde	6,43% ao ano	5,21% ao ano
Taxa Nominal de Desconto para Previdência	10,11% ao ano	10,48% ao ano
Taxa Real de Desconto para Previdência	6,39% ao ano	5,20% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	10,16% ao ano	10,49% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	10,11% ao ano	10,48% ao ano
Taxa de Crescimento Salarial	3,40% ao ano	3,40% ao ano
Inflação	3,50% ao ano	5,02% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,70% ao ano	3,70% ao ano
Hipóteses Demográficas	**2022**	**2021**
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(8,98%)	(10,41%)
Com Redução de 1%	9,04%	12,18%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	13,07%
Com Redução de 1%	-	(11,52%)
Expectativa de Vida		
Com Acréscimo de 1 ano	1,40%	3,05%
Com Redução de 1 ano	(1,45%)	(3,02%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	0,45%	-
Com Redução de 1%	(0,39%)	-

Ativos do Plano de Previdência

O valor justo dos ativos do plano que está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (Contribuição Definida – CD e Benefício Definido – BD), aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	%	2021	%
Renda Fixa (a)	1.243.612	64,6	1.135.841	63,0
Renda Variável (b)	224.296	11,7	256.355	14,1
Imóveis (c)	46.517	2,4	43.391	2,4
Operações com Participantes (d)	105.023	5,5	97.517	5,4
Estruturados (e)	186.441	9,7	163.290	9,1
Investimentos no Exterior (f)	114.360	5,9	107.390	6,0
Precatórios e Depósitos Judiciais (g)	3.315	0,2	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	**1.923.564**	**100**	**1.803.784**	**100**

(a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

(b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

(c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

(d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

(e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento;

(f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior;

(g) Precatórios e depósitos judiciais: recebidos no ano de 2022 por sentenças favoráveis à Fusan.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano, e
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2023:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2023
Custo do Serviço Corrente	5.613	4.836	10.449
Custo dos Juros	126.775	72.459	199.234
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(99.922)	-	(99.922)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(26.423)	(37.617)	(64.040)
Totais	**6.043**	**39.678**	**45.721**

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev referente ao Exercício de 2021, no valor de R$81.152 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R$367. A amortização mensal das parcelas será dada pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,50% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e os municípios concedentes, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Descrição	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	81.228	61.183	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	12.503	11.740	-	-
Contas a Receber	30.251	34.757	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	27.636	5.905	-	-	134.056	69.271
CS Bioenergia S.A.								
Tratamento de Efluente de Esgoto	1.285	1.187	-	-	391	194	-	-
Aluguel de Imóvel	472	302	-	-	364	330	-	-
Gastos Reembolsáveis Energia Elétrica	46	177	-	-	-	-	537	457
Remoção de Lodo - ETE Belém	-	-	-	-	-	-	13.207	11.789
Locação Usina Minig. Energ. Elétrica	-	-	-	-	-	-	2.169	1.420
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	627	569	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	123.868	112.726
Copel (Controlada pelo Estado do PR)								
Água retirada de Reservatórios de Usinas	-	-	-	-	-	-	485	477
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	7	-	-	2.447	1.795
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	9	13	-	-	129	42
Investimento em Ação	3	3	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	8	6	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	759	-	-	4.347	2.750
Instalações segurança hidrica	-	3.026	-	-	-	-	-	-
Total	**32.065**	**39.458**	**108.873**	**67.867**	**13.885**	**12.833**	**281.245**	**200.727**

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovada pela 58ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, no montante global de R$15.054. Para o exercício de 2021 a aprovação se deu pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2021, no montante de R$15.046.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2022	2021
Remuneração	9.871	9.850
Encargos e Benefícios	3.578	3.619
Encargos Sociais	3.326	3.344
Plano de Saúde (Sanesaúde)	93	77
Plano de Previdência (Fusanprev)	135	128
Programas Complementares	24	70
Totais	**13.449**	**13.469**

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Contratos e Convênios com Terceiros	24.473	18.907
Convênios com Municípios	21.810	19.412
Cauções e Valores a Reembolsar	16.449	12.380
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	1.600	30.558
TCCM IBAMA (2)	87.631	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (3)	27.636	5.905
Outras Contas a Pagar	425	1.444
Totais	**180.024**	**88.606**
Circulante	**91.968**	**85.644**
Não Circulante	**88.056**	**2.962**

(1) Saldo de R$1.600 referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;

(2) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R$ 87.631, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno";

(3) Aumento decorrente da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2022, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R$5,81 (R$5,18 em 31 de dezembro de 2021).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

	Número de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	53.984.984	10,7	281.143.600	27,9	335.128.584	22,2
Demais Investidores	147.096.500	29,2	720.764.694	71,5	867.861.194	57,4
Totais	**503.735.259**	**100,0**	**1.007.470.260**	**100,0**	**1.511.205.519**	**100,0**

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R$57.574 em 2022 (R$58.881 em 2021), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R$55 em 2022 (R$12 em 2021), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R$665.998 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

b.4) Limite das Reservas de Lucros

Considerando que o saldo das Reservas de Lucros do Exercício Social de 2022, líquido das Reservas de Incentivos Fiscais, totalizou R$4.504.231, ultrapassando, portanto, o valor do Capital Social, conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, a Administração encaminhou para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 2023, proposta para aumento do Capital Social da Companhia até o limite autorizado de R$6.000.000.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R$4.576 (R$5.290 em 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldos no início do exercício	**59.002**	**64.292**
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.933)	(8.015)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.357	2.725
Saldos no final do exercício	**54.426**	**59.002**

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R$136 (R$210 em 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldos no início do exercício	**4.458**	**4.668**
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(207)	(318)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	71	108
Saldos no final do exercício	**4.322**	**4.458**

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldos no início do exercício	**69.801**	**24.486**
Ganhos e Perdas Atuariais	221.764	68.660
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(75.400)	(23.345)
Saldos no final do exercício	**216.165**	**69.801**

f) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R$147.092, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	1.151.538	1.177.631
Doações e Subvenções Governamentais	(55)	(12)
Constituição da Reserva Legal	(57.574)	(58.881)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.093.909	1.118.738
Dividendos Obrigatórios (25%)	273.477	279.684
Dividendos Complementares	159.146	63.880
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	**432.623**	**343.564**

O montante de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos apurado em 2022 foi de R$432.623 (R$343.564 em 2021), sendo retido o valor de R$44.226 (R$34.877 em 2021) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 10,22% (10,15% em 2021).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Saldo Anterior	**243.551**	**206.236**
Dividendos Adicionais Autorizados	63.880	60.083
Pagamentos realizados no Exercício	(309.347)	(267.575)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	432.623	343.564
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(44.226)	(34.877)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(159.146)	(63.880)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	**227.335**	**243.551**

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$159.146, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

g) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2022 e 31/12/2022 os Juros sobre o Capital Próprio, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2022	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	48.190	0,09567
Ações Preferenciais	1.007.470.260	106.017	0,10523
Totais	**1.511.205.519**	**154.207**	
Remuneração para 1 UNIT			0,51659

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2022	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	87.005	0,17272
Ações Preferenciais	1.007.470.260	191.411	0,18999
Totais	**1.511.205.519**	**278.416**	
Remuneração para 1 UNIT			0,93269

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2022	2021
Ações Ordinárias	0,26839	0,21314
Ações Preferenciais	0,29522	0,23445
Valor para 1 "Unit"	1,44928	1,15094

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	359.856	368.010
Ações preferências	791.682	809.621
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferênciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,71437	0,73056
Por ação preferencial	0,78581	0,80362

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes equivalentes a juros de mora de 0,033% por dia de atraso até a data do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que o substituir e da aplicação de multa de 2%. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Receitas		
Receitas de Água	3.740.630	3.415.183
Receitas de Esgoto	2.186.347	1.993.856
Receitas de Serviços	106.938	112.279
Receitas de Resíduos Sólidos	12.503	11.740
Serviços Prestados a Prefeituras	22.027	20.914
Doações efetuadas por Clientes	35.202	34.171
Outras Receitas	6.361	5.760
Totais das Receitas Operacionais	**6.110.008**	**5.593.903**
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(358.972)	(320.176)
PASEP	(77.389)	(69.315)
Totais das Deduções	**(436.361)**	**(389.491)**
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	**5.673.647**	**5.204.412**

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R$87.675 (R$79.213 em 2021), durante o exercício de 2022, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2022			2021		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(341.704)	(160.870)	(502.574)	(280.347)	(136.994)	(417.341)
Materiais	(141.376)	(100.098)	(241.474)	(103.180)	(75.544)	(178.724)
Energia Elétrica	(465.237)	(63.873)	(529.110)	(484.217)	(64.030)	(548.247)
Serviços de Terceiros	(251.104)	(195.386)	(446.490)	(240.504)	(176.684)	(417.188)
Depreciações e Amortizações	(182.090)	(172.024)	(354.114)	(166.986)	(159.983)	(326.969)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.685)	(2.106)	(5.791)	(2.803)	(1.457)	(4.260)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(74.904)	(59.152)	(134.056)	(38.811)	(30.460)	(69.271)
Outros Custos	(124.828)	(44.918)	(169.746)	(109.995)	(48.013)	(158.008)
Totais	**(1.584.928)**	**(798.427)**	**(2.383.355)**	**(1.426.843)**	**(693.165)**	**(2.120.008)**

(1) Os valores referentes ao exercício de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil. Variação em decorrência principalmente do aumento da base de cálculo relacionado ao reajuste tarifário, e também reflexo da repactuação das alíquotas por ocasião da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Comerciais (1)		
Pessoal	(131.828)	(117.470)
Materiais	(4.385)	(2.756)
Serviços de Terceiros	(125.253)	(117.876)
Depreciações e Amortizações	(7.359)	(9.038)
Perdas na Realização de Créditos (2)	(192.198)	(103.830)
Programa Sanepar Rural	(5.681)	(3.506)
Outras Despesas	(2.904)	(2.064)
Totais das Despesas Comerciais	**(469.608)**	**(356.540)**
Administrativas		
Pessoal	(623.270)	(540.176)
Materiais	(54.251)	(44.943)
Serviços de Terceiros	(146.140)	(152.084)
Depreciações e Amortizações	(71.947)	(58.459)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	-	2.470
Taxa de Regulação	(27.912)	(25.797)
Despesas com Viagens	(5.420)	(4.139)
Programas Sociais e Ambientais	(12.096)	(7.193)
Indenizações por Danos a Terceiros	(2.344)	(3.186)
Outras Despesas	(21.720)	(16.232)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	154.376	138.963
Despesas Capitalizadas (4)	118.111	98.587
Totais das Despesas Administrativas	**(692.613)**	**(612.189)**
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais	(90)	(10.343)
Multas Ambientais (5)	(87.681)	(3.363)
Baixas de Ativos	(14.243)	(11.468)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(41)	(225)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	**(102.055)**	**(25.399)**

(1) Os valores de Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental referentes ao exercício de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil;

(2) Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(5) Valor referente a conversão de 5 Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA no ano de 2012 em 2 Termos de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, o qual será desembolsado ao longo de 120 meses na execução de Ações Ambientais relacionadas ao projeto denominado “Requalificação dos Complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno”.

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R$88.093 (R$80.197 em 2021), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2022, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2022	2021
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras (1)	167.825	50.118
Variações Monetárias Ativas (1)	71.631	34.401
Variações Cambiais Ativas	3.596	1.750
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	1.743	1.458
Outras Receitas Financeiras	20.096	17.554
Totais das Receitas Financeiras	**264.891**	**105.281**
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (1)	(396.182)	(277.243)
Variações Monetárias Passivas (1)	(93.171)	(94.877)
Variações Cambiais Passivas	(2.503)	(1.585)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(5.130)	(2.053)
Outras Despesas Financeiras	(10.903)	(4.705)
Totais das Despesas Financeiras	**(507.889)**	**(380.463)**
Resultado Financeiro	**(242.998)**	**(275.182)**

(1) Aumento da base de cálculo dos juros e das variações monetárias passivas, em função da captação de recursos de terceiros, reajuste do contrato do arrendamento do litoral e variação do IPCA, compensado pelo crescimento das receitas financeiras, devido principalmente pela alteração do valor da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	2022			2021		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	3.819.840	2.226.578	**6.046.418**	3.495.696	2.037.362	**5.533.058**
Outras Receitas Operacionais	35.878	27.712	**63.590**	34.566	26.279	**60.845**
Total da Receita Operacional Bruta	**3.855.718**	**2.254.290**	**6.110.008**	**3.530.262**	**2.063.641**	**5.593.903**
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(246.173)	(190.188)	**(436.361)**	(221.260)	(168.231)	**(389.491)**
Receita Operacional Líquida	**3.609.545**	**2.064.102**	**5.673.647**	**3.309.002**	**1.895.410**	**5.204.412**
Custo	(1.584.928)	(798.427)	**(2.383.355)**	(1.426.843)	(693.165)	**(2.120.008)**
Lucro Bruto	**2.024.617**	**1.265.675**	**3.290.292**	**1.882.159**	**1.202.245**	**3.084.404**
Despesas Comerciais	(264.959)	(204.649)	**(469.608)**	(199.217)	(157.323)	**(356.540)**
Despesas Administrativas	(390.782)	(301.831)	**(692.613)**	(347.787)	(264.402)	**(612.189)**
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-	(6.627)	**(6.627)**	-	(4.119)	**(4.119)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(57.581)	(37.847)	**(95.428)**	(14.429)	(6.851)	**(21.280)**
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(3.300)	**(3.300)**	-	(2.958)	**(2.958)**
Resultado Financeiro	(112.449)	(130.549)	**(242.998)**	(132.364)	(142.818)	**(275.182)**
Programa de Participação nos Resultados	(49.703)	(38.390)	**(88.093)**	(45.560)	(34.637)	**(80.197)**
Provisões	(41.315)	(32.060)	**(73.375)**	(40.347)	(30.601)	**(70.948)**
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(41.022)	(31.681)	**(72.703)**	(32.622)	(24.803)	**(57.425)**
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	**1.066.806**	**478.741**	**1.545.547**	**1.069.833**	**533.733**	**1.603.566**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(271.963)	(122.046)	**(394.009)**	(283.136)	(142.799)	**(425.935)**
Lucro Líquido do Exercício	**794.843**	**356.695**	**1.151.538**	**786.697**	**390.934**	**1.177.631**
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	29,6%	23,2%	**27,2%**	32,3%	28,2%	**30,8%**
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	22,0%	17,3%	**20,3%**	23,8%	20,6%	**22,6%**
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (1)	746.326	997.816	**1.744.142**	669.296	650.866	**1.320.162**
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	2.309.361	2.773.883	**5.083.244**	1.838.309	2.282.256	**4.120.565**
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	5.429.995	6.641.635	**12.071.630**	4.871.487	5.849.796	**10.721.283**
Depreciações e Amortizações do Exercício	(226.834)	(206.586)	**(433.420)**	(205.332)	(189.134)	**(394.466)**
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.264.400	561.717	**1.826.117**	957.043	473.945	**1.430.988**
Total do Ativo	7.492.649	9.164.547	**16.657.196**	6.652.323	7.988.266	**14.640.589**
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.884.700	3.985.609	**7.870.309**	3.355.807	3.458.440	**6.814.247**
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.410.686	2.445.588	-	3.348.441	2.379.696	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	534.594	412.909	-	521.515	396.455	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;
(2) Apresentadas pelo valor bruto;
(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R$1.794.313, com vigência abrangendo o período de 14/03/2022 a 13/03/2023, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	868.576
Máquinas, Equipamentos e Veículos	840.550
Estoque	85.187
Totais	**1.794.313**

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 388 processos judiciais no montante de R$323.958 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 07/06/2023.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2023.

30. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em 29 de março de 2022, a partir de dados da cobertura vacinal contra a Covid-19 e do decréscimo do número de contaminação, internação e óbitos pelo Coronavírus no Paraná, o Governo do Estado publicou o decreto 10.596/2022 que libera a circulação de pessoas sem máscaras em locais internos, mantendo a recomendação do uso em alguns espaços, como transporte público e pontos de atendimento à saúde.

Com a publicação do decreto estadual, a Sanepar estabeleceu novas diretrizes preventivas estabelecidas a seguir:

- O uso de máscaras deixa de ser obrigatório nas dependências da Sanepar, exceto em locais de atendimento médico ocupacional e municípios com medidas mais restritivas, no entanto recomenda-se o uso da máscara em ambientes internos da Companhia, sendo o uso a critério do empregado.

- Estão vigentes três modalidades de trabalho na companhia: trabalho presencial, teletrabalho, para categorias com aprovação em Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, e trabalho remoto, obrigatório exclusivamente para empregados em isolamento, durante o período determinado por profissional da saúde.

- O atendimento presencial, disponibilizado aos clientes de maneira integral, deve ocorrer conforme horários definidos em normativo interno. Nas localidades em que houver restrições de horários ou capacidade, as Centrais de Relacionamento devem atender ao decreto ou legislação municipal vigente. Devem ser atendidos todos os critérios de distanciamento social e protocolo de higiene e proteção contidos no Plano de Contingência para o Enfrentamento do Coronavírus.

Vigorou até dezembro de 2022 o adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para clientes cadastrados na categoria "Água Solidária". A medida foi iniciada a partir de 11 de setembro de 2022, com validade de 90 dias, e foi publicada em Fato Relevante de 05 de setembro de 2022, em continuidade às ações implementadas em 2020 e 2021 e seguindo a lei estadual nº 20.187/2020. Com a confirmação pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA de que o estado de Emergência em Saúde Pública está encerrado, a Companhia, a partir de janeiro de 2023, de forma estruturada e gradativa, passou a retomar as ações de cobrança dos débitos dos clientes, promovendo ações como a negativação financeira, a suspensão do abastecimento com obturador e a prorrogação do Programa RECLIP até 30 de abril de 2023.

No 4º trimestre de 2022, o faturamento médio mensal da categoria "Água Solidária" foi de R$ 5,7 milhões, e foram atendidas em média 296 mil economias de água e 207 mil de esgoto.

Desde o início do período de pandemia, a partir de 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa, constituiu provisão para perdas esperadas de R$ 24,6 milhões de contas a receber (R$4,0 milhões em 2022).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2023, na 1ª Reunião Ordinária o Conselho de Administração aprovou o início da estruturação da operação de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, com esforços restritos de colocação, não incentivadas, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante total de até R$ 400 milhões.

Conforme comunicado ao mercado em 07 de fevereiro de 2023, a Companhia e o Município de Maringá requereram a suspensão da Ação Civil Pública em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo prazo de 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Claudio Stabile - Diretor-Presidente
Abel Demetrio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Sergio Wippel - Diretor de Operações
Leura Lucia Conte de Oliveira - Diretora de Investimentos
Elerian do Rocio Zanetti - Diretor Comercial
Priscila Marchini Brunetta - Diretora Administrativa e Diretora Jurídica substituta
Julio Cesar Gonchorosky - Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vilson Ribeiro de Andrade - Presidente
Jacques Geovani Schinemann
Rodrigo Sanchez Rios
Reginaldo Ferreira Alexandre
Eduardo Francisco Sciarra
Claudio Stabile
Joisa Campanher Dutra Saraiva
Milton José Paizani
Elton Evandro Marafigo

CONSELHO FISCAL

Ricardo Cansian Netto - Presidente
Laerzio Chiesorin Junior
Marco Antonio Mayer Foletto
Paulo Roberto Franceschi
Henrique Domakoski

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artemio Bertholini - Presidente

João Paulo de Castro

Cassio Prudente Vieira Leite

Milton José Paizani

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES

INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar

Curitiba-PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase" relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.
O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R$ 689.000 mil em de 31 de dezembro de 2022, como resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o departamento jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está razoável.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Contratos de programa/concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 10, 11 e 13b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R$ 676.465 mil registrado como Ativos Financeiros Contratuais, R$ 2.746.449 mil registrado como Ativo de Contrato e R$ 8.954.657 mil registrado no Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2022, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do Ativo Intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (“impairment”) desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento jurídico e operacional da Companhia, além da sua área financeira-contábil, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados a continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível impairment dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu Ativo Intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa n° 13d, mesmo não sendo requerida conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de impairment para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo que emitimos relatório sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2022, contendo parágrafo de ênfase referente a “Investigação interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração” e “Águas Claras” e “Ductos”, que foram concluídas ao final do exercício de 2021.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 PR-006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa e Diretora Jurídica substituta

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes S.S. relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa e Diretora Jurídica substituta

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

RELATÓRIO ANUAL

RESUMIDO DO

COMITÊ DE

AUDITORIA

ESTATUTÁRIO

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2022

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. Conforme alteração estatutária realizada no mês de setembro de 2018, sua constituição contempla 4 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração. Seus membros são eleitos com mandato para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes foi a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do CAE no exercício

Os principais assuntos não recorrentes ocorridos no transcorrer do exercício, consistiram no seguinte:

Pandemia – COVID 19

O CAE acompanhou, no transcorrer do exercício de 2022, o terceiro ano de ocorrência da pandemia do COVID 19 e suas variações, no qual a Administração da Companhia continuou a desenvolver vários esforços para mitigar os potenciais efeitos e desdobramentos, relacionados com:

- Os impactos na atuação dos funcionários e colaboradores ligados diretamente com os processos operacionais da Companhia que requerem, permanentemente, acompanhamento presencial;
- A adoção de medidas relacionadas com a atuação dos funcionários, administradores e conselheiros passíveis de atuação remota, e
- Política para divulgação ao mercado, clientes, fornecedores, consultores, auditores externos e reguladores sobre as medidas tomadas e outras ações preventivas para preservação da marca e reputação da Companhia.

Crise Hídrica

A principal área de densidade populacional de atuação da Companhia, que consiste na Região Metropolitana de Curitiba, sofreu séria deficiência hídrica nos últimos 2 anos, tendo sido normalizado no transcorrer do primeiro semestre de 2022. O acompanhamento dos potenciais desdobramentos deste assunto requereu a exploração de medidas mitigatórias possíveis nas circunstâncias, com o que o risco estratégico de Indisponibilidade Hídrica passou a ser um dos prioritários.

Operações Rádio Patrulha, Integração, Águas Claras e Ductos

Todos os trabalhos remanescentes da Força Tarefa interna da Companhia relacionados com as investigações dessas operações foram finalizados no transcorrer do primeiro semestre de 2022.

O CAE acompanhou este assunto ao longo do exercício, tendo mantido diversas reuniões com a Força Tarefa e com os Auditores Independentes, o que permitiu que o parágrafo de ênfase relativo ao assunto pudesse ser removido pelos Auditores Independentes.

Outros assuntos recorrentes

O CAE manteve diversas reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações, da coligada CS Bioenergia, membros do Conselho Fiscal, e com os Auditores Independentes.
Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.
Nos diálogos dos membros do CAE com os auditores internos, auditores externos e responsáveis pela gestão de riscos, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. No transcorrer do exercício de 2022 foram discutidos e recomendados diversos aprimoramentos no escopo, na metodologia de trabalho e no dimensionamento das equipes nas áreas de atuação da Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, especialmente no emprego de melhorias para o PAINT – Plano de Anual da Auditoria Interna a ser executado em 2023.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua coligada CS Bioenergia, das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus funcionários e da Auditoria Externa. Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, embora aprimoramentos sejam requeridos em assuntos críticos inerentes à prestação de serviços, objeto de sua atividade.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que estão sendo adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Recomenda, portanto, ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

Artemio Bertholini
Presidente

Cassio Prudente Vieira Leite
Membro

João Paulo de Castro
Membro

Milton José Paizani
Membro

PARECER DO

CONSELHO

FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades, que não incluem atividades de contabilidade e de auditoria na Companhia, analisaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e que foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Com base nas análises efetuadas, nas informações recebidas no decorrer do exercício e no parecer sem ressalvas emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, por unanimidade, entendem que os fatos relevantes trazidos ao seu conhecimento foram adequadamente divulgados nos referidos documentos, os quais estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

RICARDO CANSIAN NETTO
Presidente

HENRIQUE DOMAKOSKI
Conselheiro

LAERZIO CHIESORIN JUNIOR
Conselheiro

MARCO ANTONIO MAYER FOLETTO
Conselheiro

PAULO ROBERTO FRANCESCHI
Conselheiro

PROPOSTA DE

ORÇAMENTO

DE CAPITAL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em conformidade com as Resoluções CVM informamos a seguir o Programa de Investimentos para os anos de 2022 a 2026 da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, aprovado na 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 07 de dezembro de 2022.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – 2023 a 2027 (em milhões de R$)

	2023	2024	2025	2026	2027	2023 a 2027
Capex Regulatório	1.814,9	2.344,5	2.326,8	1.799,1	1.454,4	9.739,7
Resíduos Sólidos	6,5	0,4	2,3	-	-	9,2
Capitalizações	157,6	161,5	167,8	174,9	171,2	833,0
Doações de Redes	32,4	29,8	30,5	31,2	31,9	155,8
Total	**2.011,4**	**2.536,2**	**2.527,4**	**2.005,2**	**1.657,5**	**10.737,7**

	2023	2024	2025	2026	2027	2023 a 2027
Água	719,9	865,6	872,0	709,2	585,2	3.751,9
Esgoto	1.146,6	1.592,5	1.577,7	1.221,7	981,7	6.520,2
Outros	144,9	78,1	77,7	74,3	90,6	465,6
Total	**2.011,4**	**2.536,2**	**2.527,4**	**2.005,2**	**1.657,5**	**10.737,7**

O Programa de Investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias; compliance ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

SANEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO